



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



## **CAPÍTULO II**

### **INTRODUÇÃO**

### **APRESENTAÇÃO**

### **LEGALIDADE DO PLANO PLURIANUAL DE TERRA SANTA**

### **DIRETRIZES E PARAMETRIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



## CAPÍTULO II

### Metodologia do PPA, Legalidade do Plano Plurianual e as Diretrizes do PPA.

#### Introdução

A Administração Pública Municipal de Terra Santa cumpre o dispositivo previsto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal, na Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000 e ao Estatuto das Cidades e me consagra a honra de apresentar ao Município de Terra Santa, o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2022 a 2025, este com a devida participação da população terrasantense, sobretudo nos Fóruns setoriais e na Audiência Pública que a Prefeitura Municipal promoveu, coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento para apresentar e discutir os principais e relevantes temas urbanos e rurais para o próximo quadriênio – 2022/2025.

O PPA Municipal Participativo é o momento de formulação das políticas públicas locais sob a responsabilidade do Poder Executivo que, ao mesmo tempo, deve conduzir seu planejamento Inter Setorial e com participação dos vários segmentos da sociedade civil e Administração Pública. A base estratégica, tática e programática do PPA deve orientar a formulação da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual do quadriênio previsto. Esta orientação deverá ser o mais próximo possível da realidade para reduzir as inconsistências e evitar inúmeras reformulações com remanejamentos e créditos adicionais, portanto, possibilitando acompanhamento e monitoramento que facilite a eficiência na Gestão Pública e garanta mais efetividade das políticas de desenvolvimento socioeconômico e eficácia a qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

O PPA, ora apresentado, foi igualmente formulado do ponto de vista fiscal, rigorosamente orientado pelas metas dos programas e ações definidas, com seus respectivos objetivos e suas justificativas, assim como, os seus custos associados,



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



cotizados com suas contrapartidas na projeção de receitas do município. Desta forma, o Plano Plurianual de Terra Santa, quadriênio 2022 a 2025 inclui Diretrizes, Metas e Objetivos executáveis e alcançáveis, pelo fato da impossibilidade de serem providos de qualquer fonte de financiamento.

Ao apresentar o Plano Plurianual do período e o correspondente Projeto de Lei que o instituirá, cumprimos uma etapa do nosso dever de Agente Político eleito para o mandato (2021-2024) e como Prefeito, tenho a satisfação em compartilhar com as autoridades constituídas e principalmente com a Sociedade terrasantense o que Administração deste mandato está projetando à médio prazo, para nosso município. Os avanços já conquistados devem ser consolidados e novas políticas de investimentos para melhoria dos serviços públicos serão implementadas, assim como, atrair novos investimentos é uma necessidade para garantir mais desenvolvimento, garantindo futuro promissor e sustentável para todos e futuras gerações.

### 1. Apresentação

O contexto recente da economia brasileira tem sido impulsionado pelas políticas que combinam a participação dos Entes Federativos nos investimentos com a iniciativa privada, porém na segunda metade da década passada reduziu drasticamente os aportes, e em 2020 sofreu o choque com a pandemia do coronavírus – Covid 19. Nesse sentido, o primeiro Plano Plurianual – PPA Municipal do período pandêmico exigiu da Administração Pública esforço redobrado para cumprir a legislação, ao mesmo tempo, cumprir as medidas sanitárias de combate à pandemia e ainda adequar-se ao cenário econômico de recessão.

Outro aspecto sintomático resultou da crise econômica mundial de 2008 que se transformou em disputa política no Brasil, aprofundando-se entre os anos 2015 e 2016, marcada por altos índices de desemprego, cerca de 10 milhões de pessoas, resultando em índices inflacionários dos dois dígitos, em especulação financeira que



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



alçou juros de 18% ao ano. Isso obrigou os Municípios brasileiros adotarem reformas administrativas e controle fiscal para reduzir custos sem atingir a qualidade dos serviços prestados. Esse cenário foi agudizado em 2020 pela pandemia que afetou o mundo todo, as medidas sanitárias de controle ao Covid 19 canalizaram recursos financeiros e humanos impondo a Administração Pública uma postura arrojada de planejamento para manter a funcionalidade municipal.

O Plano Plurianual – PPA, principal planejamento de uma Gestão, estatuído pelo artigo 165 da Constituição Federal de 1988, artigo 204 da Constituição do Estado do Pará de 1989, Portaria 42 de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão e da Lei Complementar 101/00 – Lei de responsabilidade fiscal e o artigo 44 da Lei Orgânica de Salinópolis, é um plano de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos, metas e prioridades a serem seguidas pelos Governos (Federal, Estadual e Municipal) e faz a interlocução com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), com duração quadrienal. Sua elaboração acontece no primeiro ano de mandato dos Prefeitos municipais eleitos, pois a prerrogativa de elaboração do PPA é do Poder Executivo, cuja a vigência inicia no segundo ano de mandato, após a eleição e se estenderá até o primeiro ano do mandato subsequente.

O PPA da Prefeitura Municipal de Terra Santa, Estado do Pará, cumpre, assim, o princípio estabelecido pelo Estatuto das Cidades para participação coletiva dos Órgãos da Administração Pública Municipal, do Ministério Público do Estado, Câmara Municipal e representantes da sociedade civil organizada, no intuito de construir programas, ações e metas preconizadas que proporcione aos munícipes políticas públicas sustentáveis em médio prazo, buscando sempre executá-las com eficiência, a fim de reduzir as desigualdades sociais.

A elaboração do Plano Plurianual – PPA Participativo de Terra Santa iniciou com a reunião da Gestão Municipal para apresentar a Comissão Municipal de Planejamento e Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e publicada por Decreto Municipal que definiu a



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



competência da Secretaria Municipal de Planejamento como coordenadora do processo de elaboração.

Tomando como referência o Decreto Municipal nº 023/2021, foi realizada a Reunião de Gestão para apresentação do Plano de Trabalho de Elaboração do PPA, alinhar as políticas setoriais temáticas. Posteriormente, como parte integrante da primeira fase foram realizadas as reuniões setoriais com as Secretarias Municipais para apresentar e discutir as estratégias, as diretrizes, objetivos e metas, além das prioridades da gestão municipal. Durante as reuniões setoriais com as Secretarias municipais houve o alinhamento e atualização das políticas, programas e ações, fato determinante para elaborar um Plano Plurianual exequível e real, que contemple os anseios do povo através das diretrizes apontados no Plano de Governo, no plano Municipal de Educação, no Plano Municipal de Saúde e demais planos municipais, além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas políticas de combate a Pandemia do Coronavírus – Covid19 e suas variantes.

Após essa fase, foi realizada 01 (uma) Audiência Pública na Sede do Município, na qual foram apresentadas as propostas do planejamento municipal e acolhidas as propostas da comunidade participante, além de levantar demandas, garantindo a participação cidadã, sempre atendendo as medidas restritivas impostas pela pandemia, as normas estabelecidas pelo Decreto Nº 800/2020 do Estado do Pará, além do Estatuto das Cidades.

## **2. Legalidade do Plano Plurianual de Terra Santa**

### **a) Constituição Federal de 1988**

A elaboração do PPA de Terra Santa obedece à normatização baseada em legislação específica. Inicialmente, cabe destacar o art. 165 da Constituição Federal de 1988, no qual são estabelecidos a estrutura e o conteúdo básicos do PPA.

*Art. 165 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:  
I – o plano plurianual;*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



*II – as diretrizes orçamentárias;*

*III – os orçamentos anuais.*

A competência da elaboração dos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) cabe ao Poder Executivo que envia o projeto ao Poder Legislativo para discuti-lo, deliberá-lo e aprová-lo. Nesse sentido, é oportuno destacar a necessidade de os três instrumentos operarem segundo uma lógica de harmonia e integração. A própria Constituição indicou como esse encadeamento deve ocorrer. Caberá ao PPA fixar diretrizes, objetivos e metas para administração pública (art. 165, § 1º), ao passo que a LDO disporá sobre prioridades e metas (art. 165, § 2º). Por sua vez, a LOA conterá a programação orçamentária dos órgãos e entidades do governo (art. 165, § 5º).

A preocupação com a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e orçamento – PPA, LDO e LOA – manifesta-se também em relação ao processo de interação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Assim, a Constituição prevê que as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e ao Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) só podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA (art. 166, § 3º, inc. I, e art. 166, § 4º).

b)

Constituição

do Estado do Pará de 1989

A Constituição do Estado do Pará versa sobre a elaboração do Plano Plurianual em compatibilidade com a Constituição Federal de 1988, confirmando as diretrizes estabelecidas pelo governo federal, portanto, os municípios devem atender ambas as Constituições, federal e estadual no processo de elaboração do PPA. Abaixo trecho da Constituição Estadual do Pará, de 05 de outubro de 1989 que estabelece elaboração do plano Plurianual:

**SEÇÃO II**  
**Dos orçamentos**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



*Art. 203. Os sistemas de planejamento-orçamento do Estado e dos Municípios atenderão aos princípios desta Constituição, aos da Constituição Federal, e às normas de direito financeiro.*

*Art. 204. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

- I - o plano plurianual;*
- II - as diretrizes orçamentárias;*
- III - os orçamentos anuais.*

c) Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida popularmente como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF além de reforçar a importância de compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e orçamento, estabelece que a LOA só admite investimentos plurianuais previstos no PPA ou autorizados em Lei.

*Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:*

*§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.*

d) Estatuto das Cidades

A Lei nº 10.257/2001, popularmente conhecida como estatuto da Cidade Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana. Veja o Art. 2º, inciso II, orienta a participação cidadã na elaboração das políticas urbanas. Neste sentido, o Plano Plurianual deve ser elaborado com a participação da sociedade.

*Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*

*II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



*formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;*

e) Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica do Município – LOM de Terra Santa define a competência do Poder Executivo de Terra Santa para elaboração e execução do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento anual do Municipal, prevendo as receitas e fixando as despesas, com base no seu planejamento na forma da lei.

**3. Diretrizes e Parametrização do PPA**

O PPA de Terra Santa utilizou as Diretrizes do plano de Governo apresentado a sociedade terrasantense durante a campanha eleitoral de 2020 e está em acordo com o seguinte:

**3.1 – Diretrizes Municipais extraídas do Programa de Governo do Candidato Eleito;**

Está relacionada à imagem de futuro que queremos construir para a cidade. É a visão estratégica de médio e longo prazo. A elaboração das Diretrizes deste PPA utilizou o programa de governo apresentado durante a campanha eleitoral de 2020, o planejamento das secretarias municipais, os programas estaduais e federais que compõem os respectivos Planos Plurianuais e cenários pandêmicos. Dessa forma, apresentamos as seguintes diretrizes no quadro abaixo:

Quadro 01: Diretrizes do PPA – 2022/2025 de Terra Santa - PA

	Diretrizes	Áreas Temáticas
01	Desenvolvimento Humano, Cidadania e Participação Social.	Educação, Saúde, Assistência, Cultura, Desporto e Turismo.
02	Desenvolvimento Urbano, Econômico e Sustentável	Obras, Transporte, Meio Ambiente, Agricultura, Cultura e Empreendedorismo.
03	Desenvolvimento Gerencial,	Planejamento e Gestão participativa;





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



planejamento e qualificação de serviços da gestão pública.	Avaliação, Controle e Monitoramento do serviço público municipal; Qualificação dos Servidores para a execução dos serviços de ordem pública;
--	---

### 3.2 – Estratégias de Desenvolvimento dos PPAs Estadual e Federal

Ao analisar, reconheceremos no planejamento federal e estadual as oportunidades para o município, sobretudo na formação de uma agenda de desenvolvimento territorial. A integração do planejamento local, regional e nacional, pode potencializar oportunidades e evidenciar as sinergias federativas, evitar desperdício de recursos e sobreposição de funções.

O PPA estadual é composto por diretrizes e programas regionalizados, portanto, identificados com as demandas e necessidades da região a que pertencem os municípios (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Mojuí dos Campos, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa) da Região de Integração do Baixo Amazonas. Veja o quadro abaixo, extraído do Caderno de Compromissos do PPA 2020-2023 que estabelece as políticas de saneamento básico para a região:

Quadro 02: PPA do Estado Pará – 2020/2023

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Plano Plurianual do estado do Pará – 2020/2023. Volume I, pag. 148.

Ao analisar o PPA Federal identificamos programas que se integram ao planejamento terrasantense, destacamos abaixo 3 programas para exemplificar o



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



alinhamento dos programas do governo federal e as ações planejadas pelo poder público de Salinópolis em áreas estratégicas: Infraestrutura, Meio Ambiente e Turismo.

Quadro 03: PPA Federal – 2020/2023

Tipo de Programa: Finalístico			
Valor de referência para Investimentos Plurianuais: R\$ 0			
Objetivo			
1185 - Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país			
Órgão: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações			
Meta do Objetivo			
052Q - Ampliar o acesso à internet em banda larga para os domicílios brasileiros de 74,68% para 91,00% -			
Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações			
Meta quantificável? Sim			
Unidade de Medida: percentual			
Linha de base: 74,68			
Data de referência da linha de base: 31/12/2017			
Meta prevista: - 2020 82,44 - 2021: 85,2 - 2022: 88,05 - 2023: 91			

Quadro 04: PPA Federal – 2020/2023

**PROGRAMA: 2219 - Mobilidade Urbana**

Diretriz: 12 - Ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada à redução da insegurança jurídica

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Regional

Esfera	Valor 2020 (mil R\$)	Valor 2021-2023 (mil R\$)
<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>298.000</b>	<b>879.551</b>
Despesas de Capital	298.000	879.551
<b>Recursos Não orçamentários</b>	<b>11.876.049</b>	<b>18.737.019</b>
Crédito e Demais Fontes	10.961.645	15.569.299
Gastos Tributários	914.404	3.167.720
<b>Valores Globais</b>	<b>12.174.049</b>	<b>19.616.570</b>
		31.790.619

Quadro 05: PPA Federal – 2020/2023

**PROGRAMA: 2223 - A Hora do Turismo**

Diretriz: 07 - Ênfase na geração de oportunidades e estímulos à inserção no mercado de trabalho

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Esfera	Valor 2020 (mil R\$)	Valor 2021-2023 (mil R\$)
<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>167.217</b>	<b>486.672</b>
Despesas Correntes	91.436	252.777
Despesas de Capital	75.781	233.894
<b>Valores Globais</b>	<b>167.217</b>	<b>486.672</b>
		653.889



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



### **3.3 – Diagnóstico Municipal**

Prefeitos eleitos em 2016 encontraram cenários municipais complexos: diminuição das receitas e ao mesmo tempo, o aumento das despesas. Aliado à diminuição de repasses da União (FPM) e do Estado (ICMS), somado à insatisfação da população. Prefeitos eleitos ou reeleitos em 2020 se depararam com cenário pandêmico jamais visto. Assim, a questão é: como manter um bom nível dos serviços públicos nessa conjuntura? Para isso, instrumentos de planejamento e análises técnicas podem ser diferenciais para uma gestão com retornos positivos.

Diagnóstico municipal é indispensável para qualquer planejamento, pois os indicadores avaliam a situação econômica, social, demográfica, e outros aspectos da cidade. É importante que a elaboração de um programa sempre esteja baseada em dados reais. Indicadores nos permitem tomar decisões e executar ações para diminuir riscos e corrigir equívocos. A dinâmica municipal tem relação com aspectos demográficos e do território, como saber se a população está crescendo e em qual velocidade, verificar o papel da migração, o ritmo da natalidade e da mortalidade. Indicadores que possam demonstrar quais serão as futuras demandas por emprego, moradia, saneamento, vagas nas escolas, atendimento na saúde, cuidado com os idosos, formação e qualificação profissional para jovens. O diagnóstico deve constituir indicadores que sirvam para elaborar políticas públicas com diretrizes, objetivos e metas.

### **3.4 – Participação Cidadã nas Audiências Públicas e na Enquete Virtual.**

O PPA Participativo é preconizado pela Lei nº 10.257/2001, popularmente conhecida como Estatuto das Cidades que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Nesse sentido, o Plano Plurianual deve ser elaborado com a participação da sociedade, resguardando as medidas sanitárias de combate a pandemia do Covid 19 e realizando os registros fotográfico, a lista de frequência e registro de Ata.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---



## **CAPÍTULO III**

### **DIANÓSTICO MUNICIPAL**



ESTADO DO PARÁ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
 GABINETE DO PREFEITO



Capítulo III

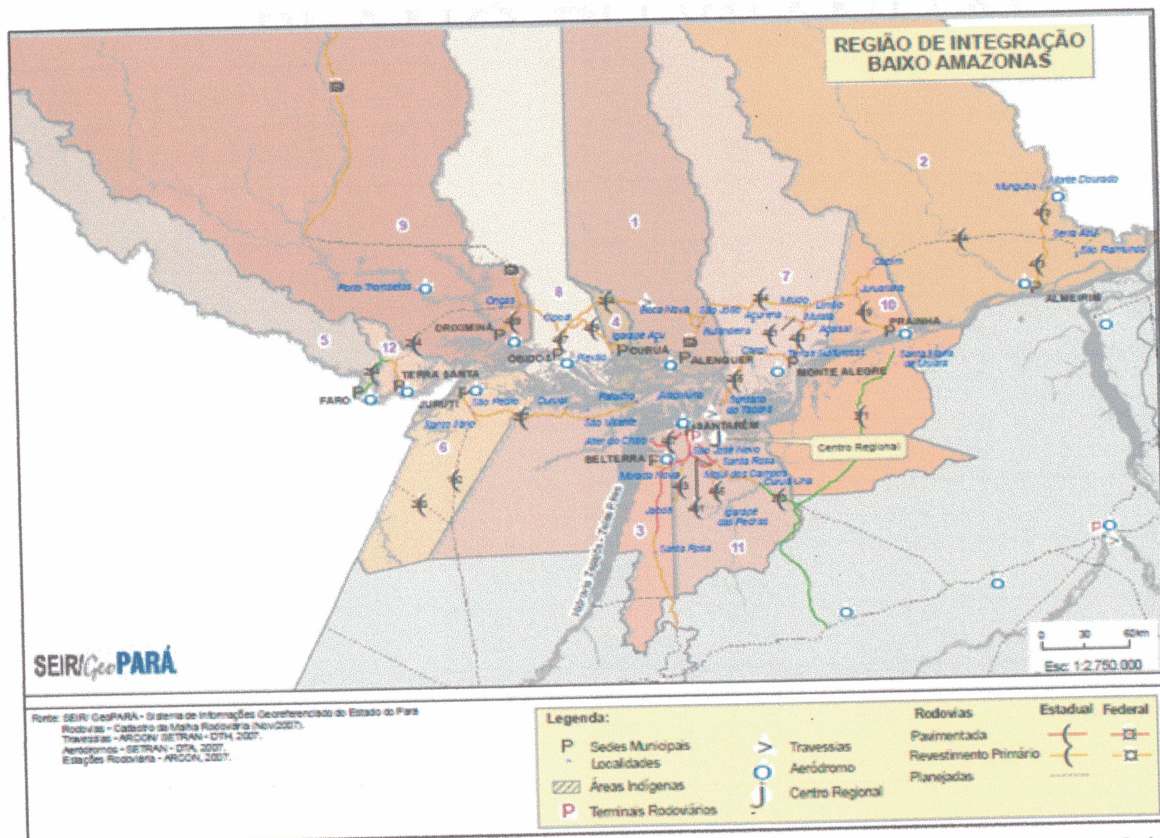
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE TERRA SANTA

1. História

O município de Terra Santa faz parte da Região de Integração do Baixo Amazonas (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa), região conhecida com Calha Norte. O município de Terra Santa é detentor de uma área geográfica de 1.896,506 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 18.917 habitantes (IBGE, 2020), localiza-se na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Óbidos. Limita-se com os municípios de Juruti, Oriximiná, Faro, e o estado do Amazonas.

Fonte: SEIR, GeoPará, 2007 – malha Rodoviária do Estado do Pará.

O município foi criado pela lei no 5.699, de 13 de dezembro de 1991, o município de Terra



Santa foi constituído por áreas desmembradas dos municípios de Faro e Oriximiná. Originalmente, o lugar onde hoje esta cidade era conhecida por Pedra Santa, pois era ali que os indígenas faziam seus rituais sagrados, em uma ponta de pedra no lago. Já a denominação

Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527. Centro, Terra Santa - Pará. CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149;  
 e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



de Terra Santa foi dada em 1887, por causa de uma lenda local que falava de um surto de gripe que se alastrou entre as índias amazonenses, numa época em que a doença era fatal. Ainda segundo a lenda, o pajé da tribo determinou que as mulheres afetadas se banhassem no lago, junto as pedras, afirmando que ali as águas eram sagradas. As índias obedeceram e foram curadas da terrível moléstia. A partir de então passou a ser considerada uma terra santa pelos índios (IBGE, 2016) (Diagnóstico Sócio Ambiental do Município de Terra Santa. Imazon. 2016). O desbravamento da região começou por volta de 1883, graças às explorações das riquezas naturais que eram abundantes: borracha, essências como o pau-rosa, peles de animais, pesca, madeira-de-lei e outras. As principais atividades econômicas de Terra Santa nos dias de hoje são a mineração, agropecuária e o comércio, também destaca-se a concessão florestal (Flona Saracá Taquera) através do Serviço Florestal Brasileiro. Aos habitantes do lugar dá-se a denominação de “terrasantense”.

## 2. Localidades e Bairros do Município de Terra Santa

O Município de Terra Santa emancipada administrativamente completará 30 anos em 2021. Sua estruturação remonta mais de 100 anos, por essa razão possui uma estrutura de ocupação distribuída em seu território, incluindo populações tradicionais.

Mapa das comunidades do município de Terra Santa – Pará, identificada pela equipe técnica de elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo (2018).



Quadro das Comunidades:

01	Alema	12	Piraruacá
02	Aningal	13	Paraíso
03	Cabeça dos Cláudios	14	Redobra
04	Capote	15	Santa Clara
05	Chueda	16	São Francisco
06	Conceição	17	São Tomé
07	Itaubal	18	Serra
08	Jauaruna	19	Urubutinga

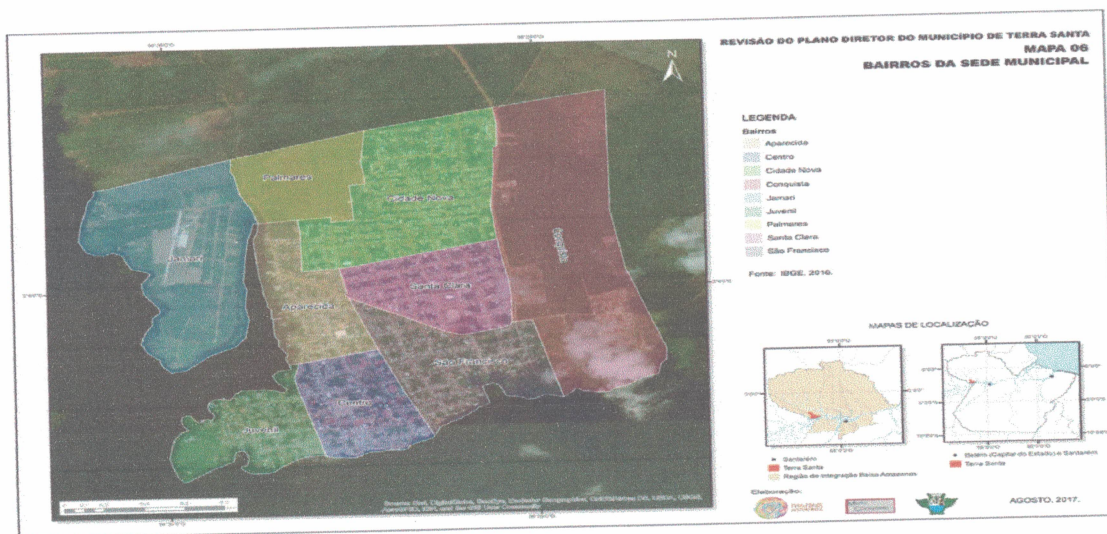


ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



09	Jamari	20	Urucuri
10	Nascimento	21	Urupanã
11	Pirarucu	22	Uxi

Fonte: IBGE. 2016



Os bairros (mapa acima) que constituem o perímetro urbano também foram identificados e definidos pela equipe técnica de elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo (2018).  
Veja abaixo o mapa dos bairros:

Os bairros são os seguintes:

01	Aparecida	06	Juvenil
02	Centro	07	Palmares
03	Cidade Nova	08	Santa Clara
04	Conquista	09	São Francisco
05	Jamari		

Fonte: IBGE. 2016

Esse quadro demonstra certo grau de planejamento urbano, apesar dos problemas de ocupação desordenada, sobretudo nas áreas periféricas e áreas às margens do Rio Amazonas em época de cheia do rio. Veja a foto ao lado.



### 3. Aspectos da Cultura Local e Regional

Em uma das escolas mais antigas do município de Terra Santa, Escola Municipal São Sebastião (74 anos), é realizado há 34 anos, no mês de junho, o Festival da Castanha com apresentações culturais, quadrilhas, carimbó, pau de fitas,



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



brincadeira de roda, e por iniciativa dos funcionários e a Professora Walmira Maciel trouxe um roteiro para apresentação de um Boi Mirim, nascia assim, o Boi Bumbá Veludinho.

As apresentações do Boi Veludinho alternam enredos, ora lendas regionais, ora lendas, mitos e contos de Terra Santa, destaque para o “Navio Encantado, Os três Pretinhos, Cachorro da Barriga D’água e Os Três Anjinhos”.

A seguir trecho da divulgação dos organizadores, convidando para prestigiar o evento: “VAMOS BRINCAR DE BOI BUMBÁ, VENHA CONOSCO NO BOI VELUDINHO, O MAIS QUERIDO DO LUGAR - Nesta sexta (8) de junho acontece em Terra Santa PA, o XXXIII Festival da Castanha com a apresentação do boi mais querido do lugar, o Boi Veludinho, esse ano vem com o Tema: Veludinho: Mistérios e Encantos Amazônicos. A cada ano, a Escola São Sebastião vem inovando em seu Festival, mantendo sempre viva, suas tradições. Os brincantes são todos alunos e ex-alunos da Escola e os pais não medem esforços para arrumar seus filhos, que dá um colorido todo especial ao nosso folclore. Atualmente, a escola possui 639 alunos matriculados, que vão desde a educação infantil ao ensino fundamental. A luta é preservar a nossa cultura buscando melhorias para a educação dessas crianças e dos adolescentes... Venha brincar conosco no Boi Veludinho”

#### 4. Aspectos Fisiográficos de Terra Santa

##### a) Localização

O município de Terra Santa faz parte da Região de Integração do Baixo Amazonas (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa), região conhecida com Calha Norte. O município esta localizado na porção noroeste do Estado do Para, distante a 892 quilômetros de Belém, acessado pelos modais aéreos (voos comerciais até Porto Trombetas e voos fretados até o aeródromo municipal) e hidroviários (navios e lanchas com concessões de linhas estaduais e interestaduais – Faro, Santarém, Manaus), possui também rodoviário com o distrito de Trombetas (Oriximiná) e com Município de Faro. Limites fronteiriços, ao norte o município de Oriximiná, a leste o município de Juruti, ao sul o Estado do Amazonas (município de Nhamundá) e a oeste o município de Faro. Sua população estimada é 18.917 habitantes, com 60% concentrado na zona urbana e 40% na area rural (IBGE, 2020).

O município possui uma area territorial de 1.896 km<sup>2</sup> (quilômetros quadrados), dos quais 27,6% (522,51 quilômetros quadrados) são constituídos pela Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, uma Unidade de Conservação de uso sustentável.

##### b) Solos, Topografia e Vegetação.

A maior porção territorial do Município de Terra Santa tem predominância da tipologia de solos denominada Neossolos Quartzrênicos (anteriormente denominadas Areias Quartzosas), os quais se caracterizam por ser pouco evoluídos, terem textura arenosa e não apresentarem



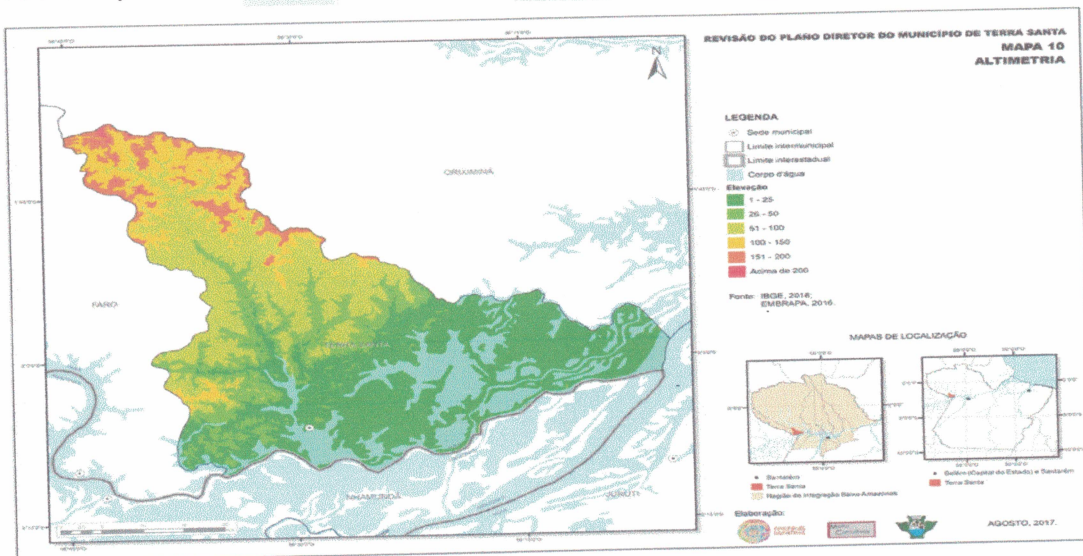


ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



horizonte B diagnóstico. Ocorrem, em geral, nos patamares inferiores às margens dos rios e igarapés mais encaixados ou até no contato com os Gleissolos, quando os igarapés apresentam superfícies de aplainamento junto a seus cursos. Em segundo plano predomina o tipo Argissolos que pertencem a ordem de solos constituídos por material mineral apresentando horizonte B textural, com argila de atividade baixa imediatamente abaixo de horizonte A ou E. Ocorrem destacadamente nas encostas declivosas e escarpadas dos platôs e na grande superfície em processo de dissecação do oeste da Flona Saracá-Taquera, onde estão as minas de exploração da bauxita pela MRN (Mineração Rio Norte). Trata-se da segunda classe de solos de maior expressão geográfica na área da Flona e estão enquadrados na subordem dos Argissolos Vermelho-Amarelos.

Esse tipo de solo está localizado ao norte do território municipal e ocupam posições altimétricas (base topográfica) acima de 125 m s.n.m. (metros sobre o nível do mar). Enquanto que o tipo Neossolos Quartzrênicos, localizado ao sul do território municipal varia sua base topográfica entre 25 m a -1 m (m.n.m). Abaixo o mapa da altimetria municipal, elaborado pela técnica que revisou e atualizou o Plano Diretor:



Em terceiro plano (menor quantidade) identificamos o tipo Latossolos, constituídos por material mineral, apresentando horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm, se o horizonte A apresenta mais que 150 cm de espessura. Trata-se de solos bem desenvolvidos (intemperizados) e profundos. Podem alcançar até 14 m de profundidade, principalmente nas superfícies aplainadas e nos bordos mais suavizados dos platôs explorados pela Mineração Rio do Norte. Os latossolos amarelos dos planos dos platôs constituem o material inerte predominantemente encontrado nas áreas de mineração da bauxita, que é localizada imediatamente abaixo destes. Entre os Argissolos Vermelho-Amarelo das encostas e os Latossolos Amarelos dos planos elevados dos platôs, principalmente quando os bordos destes



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



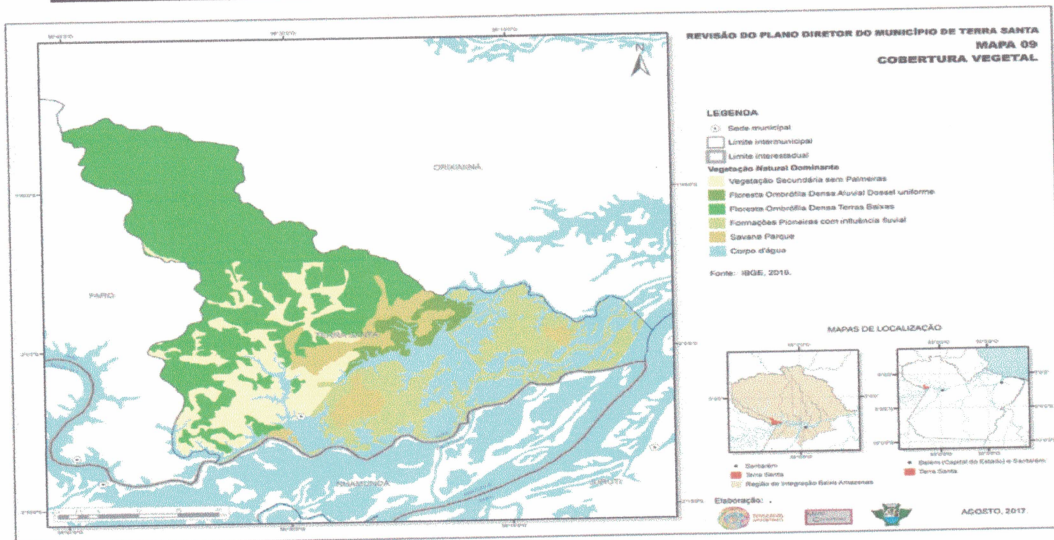
apresentam-se mais suavizados, ocorrem, ainda, estreitas faixas da subordem Latossolos Vermelho-Amarelo, que foram consideradas como inclusão nos Argissolos das encostas. Esse solo encontra-se ao norte do Município.

A vegetação predominante ao centro sul do município é constituída por Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, esta formação vegetal corresponde às áreas de Floresta Ombrófila Densa que ocorrem nas partes baixas do território municipal. Nas áreas de abrangência da Flona Saracá-Taquera (Norte do território) predominam a Floresta Ombrófila Densa Submontana e a Floresta Ombrófila Densa Submontana de Platôs. A Floresta Ombrófila Densa possui certa uniformidade de distribuição de espécies, entre as quais as mais representativas são: Castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), Maçaranduba (*Manilkara huberi* (Ducke) Standl.), Angelim-pedra (*Dinizia excelsa* Ducke), Piquiá (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.) e Ucuuba-da-terra-firme (*Virola melinonii* (Benoist) A.C. Sm.). Caracteriza-se pela grande biomassa vegetal, pela existência de um dossel uniforme, onde predominam as abiuranas (*Pouteria sp*) e breus (*Protium sp*), e pela presença de árvores emergentes com até 45 m de altura, dentre as quais se destaca o angelim-pedra (*Dinizia excelsa* Bonpl.). O sub-bosque apresenta grande densidade de palmeiras, principalmente murumuru (*Astrocaryum sp*) e indivíduos jovens de bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.). Nas margens do curso superior dos igarapés e em suas nascentes, onde se formam solos brejosos, as árvores se apresentam com menor porte e em menor diversidade, destacando-se a abiurana-do-brejo (*Pouteria sp*), açai (*Euterpe oleracea* Engel) e andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.). Em função do relevo, a vegetação pode ser caracterizada da forma a seguir. Floresta Ombrófila Densa Submontana de Platôs Esta formação vegetal corresponde às áreas de Floresta Ombrófila Densa Submontana que ocorrem nos platôs localizados no interior da Flona Saracá-Taquera, sob essas formações, estão às áreas de mineração, onde há ocorrência de bauxita. Abaixo mapa com detalhamento da cobertura vegetal, elaborado pela equipe técnica de revisão e atualização do Plano Diretor (2017).





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



### c) Estrutura Geológica e Relevo.

Sobre a geologia do município, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM realizou estudo identificando as áreas de riscos em potenciais. Segundo o Mapa de Geologia e Recursos Minerais do Estado do Pará na Escala 1:1.000.000 da CPRM-SGB (2008), o município de Terra Santa é composto por rochas sedimentares da Formação Alter do Chão caracterizadas por arenitos e siltitos muito intemperizados; Coberturas Lateríticas maduras compostas por arenitos ferruginizados e argilas caulínica, e os Depósitos Aluvionares compostos por areias e argilas depositadas ao longo das margens das drenagens (CPRM 2013).

O referido município apresenta vários tipos de relevo como: Baixo platô identificado por topos planos, amplitude entre 0 a 20m e declividade máxima de 5°; Planaltos com amplitude entre 20 a 50m e declividade máxima de 10° e as planícies fluviais associadas aos grandes rios da região com amplitude de declividade zero (DANTAS; TEXEIRA, 2012) (CPRM 2013). A sede do município possui baixa declividade, facilitando os projetos de ordenamento urbano em drenagem e unidades de tratamento.

### d) Bacia Hidrográfica e Climatologia

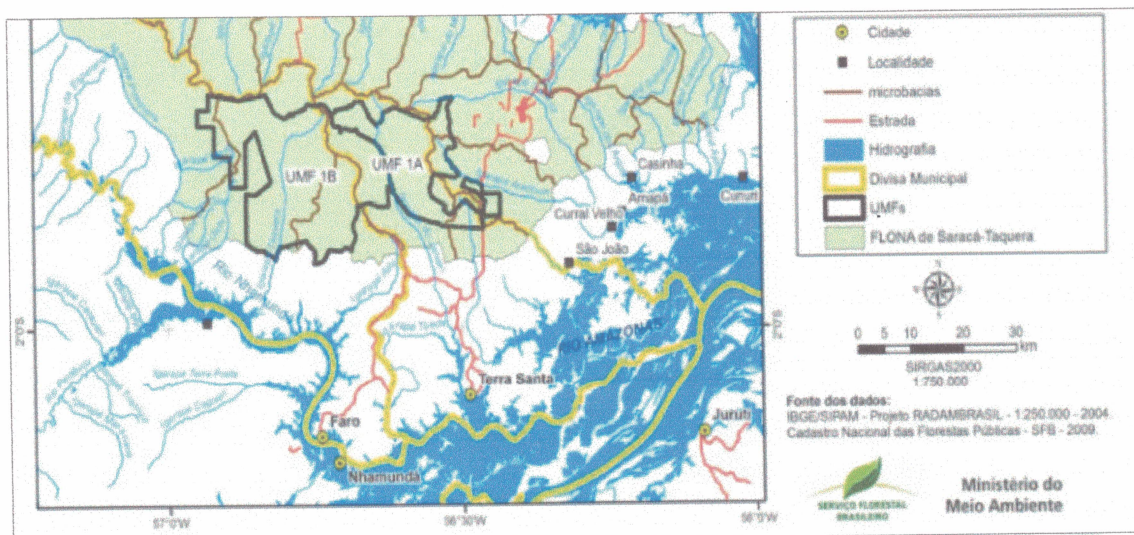


ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



A bacia hidrográfica do município é cortada por vários rios e igarapés, dentre eles o igarapé do Forno, Alema e Cláudios que desaguam no rio Jamari, o Igarapé dos Currais que desagua no rio Nhamundá e o rio Urupuanã. Toda esta rede de drenagem desagua na margem esquerda do rio Amazonas. Em frente a cidade está o lago do algodoad (localizada a praia sazonal do Cajual).

A pluviosidade da região de Terra Santa é caracterizada por um período chuvoso que se



inicia no mês de janeiro e finaliza em maio, sendo março e abril os meses mais chuvosos. Já o período de estiagem, se estende de julho a dezembro, mas não se caracteriza como um processo tão rigoroso. De acordo com os dados da ANA para a estação pluviométrica de Óbidos no período de janeiro de 1930 a dezembro de 2007, a maior média mensal ocorreu em março de 1943, seguida das maiores médias destacadas que correram em 1955, 1983, 1987 e 1999. Destaca-se ainda que no ano de 2009 foi um dos anos que também teve uma elevada taxa de precipitação e que causou uma das maiores inundações já ocorridas na região. Abaixo mapa, adaptado, da Hidrografia, identificando a Flona Saracá-Taquera. (SFB, 2011).

## 5. Caracterizações socioeconômicas de Terra Santa

### 5.1. Crescimento Populacional e suas implicações nas Políticas Públicas

O Município de Terra Santa foi emancipado politicamente em dezembro de 1991 mesmo ano da realização do Censo IBGE 1991, no qual o território pertencia aos municípios de Faro e Oriximiná. Portanto, o primeiro censo realizado do município de Terra Santa foi realizado em 2000, posteriormente o segundo censo de 2010. Os demais dados do quadro abaixo são estimados pelo IBGE, destaque para os números de 2020.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Ano	População	População Urbana	População Rural	Área km <sup>2</sup>	Densidade Hab. km <sup>2</sup>
2000 *	14.592	10.965	3.627	1.901	7.60
2007 <sup>1</sup>	15.316	10.569	4.747	1.901	8.00
2009 <sup>1</sup>	16.001	11.042	4.959	1.901	8.42
2010 *	16.952	10.340	6.612	1.901	8,94
2013 <sup>1</sup>	17.783	11.152	6.631	1.901	9.35
2015 <sup>1</sup>	17.946	11.276	6.670	1.895	9.44
2017 <sup>1</sup>	18.257	11.820	6.437	1.895	9.63
2020 <sup>1</sup>	18.917	11.420	6.497	1.895	9.98

Fonte: IBGE – FAPESPA/SEPLAN

(<sup>1</sup>) População estimada

(\*) Censo do IBGE

Nesses intervalos entre 2000, 2010 e 2020 o município passou por mudanças estruturais e observamos o seguinte:

- Entre o primeiro intervalo 2000/2010 o crescimento populacional foi de 16,2%, já no segundo o crescimento populacional foi de 10,3%;
- O primeiro intervalo demonstra refluxo da população urbana e crescimento da população rural, já no segundo intervalo notamos crescimento da população urbana e redução do crescimento rural;
- Em meados do ano de 2012 a Mineração Rio do Norte iniciou a exploração mineral no território municipal de Terra Santa, incrementando a economia e alterando o fluxo populacional.

A partir da década de 2010 a paisagem demográfica terrasantense sofreu influencia da exploração mineral e da concessão florestal, além do incremento da pecuária. Nesse período, se instalaram na sede do município várias empresas prestadoras de serviços à MRN e o fluxo de pessoas aumentou, assim como o incremento de serviços e a economia municipal. No mesmo período a infraestrutura municipal também sofreu alterações, com a expansão dos limites do perímetro urbano e adequações dos logradouros e arquiteturas novas para receber pessoas (casas e hotéis) e serviços (restaurantes e empresas).

Nesses 20 anos o crescimento populacional foi de 22,9%. Tomando como referência as mudanças processadas no setor mineral, florestal e pecuarista nos últimos anos, a perspectiva de crescimento populacional de imigrantes é promissora, portanto a administração pública deve planejar o futuro para os próximos 20 anos, dotando o município de infraestrutura e serviços compatíveis com os indicadores populacionais e econômicos.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



## 5.2. Desenvolvimento Econômico

A Administração Pública de Terra Santa ainda não elaborou o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, os dados e indicadores existentes sobre o setor e suas vocações e projeções foram realizados por órgãos estaduais (FAPESPA e SEMAS), federais (Ministério do Meio Ambiente e IBGE), terceiro setor (Territórios Sustentáveis – IMAZON, IMAFLORA, Agenda pública e ECAM) e a iniciativa privada. Merece destaque a implantação do Projeto de exploração mineral (bauxita) pela Mineração Rio do Norte e a concessão florestal realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

A Prefeitura municipal executa ações pontuais para potencializar as vocações econômicas, tanto com investimentos em eventos, como atraindo investimentos privados, sobretudo, para Feira Agropecuária.

Identificamos várias atividades econômicas com potencial que precisam do poder público como indutor e/ou investidor do desenvolvimento, dentre elas, destacamos as seguintes:

- a) Mineração;
- b) Administração Pública;
- c) Serviços
- d) Pecuária
- e) Exploração Florestal;
- f) Pesca;
- g) Agricultura;
- h) Extrativismo;
- i) Turismo.

A economia local e concentrada principalmente no setor industrial (57% do PIB), devido a presença da Mineração Rio do Norte (MRN) no território, gerando transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (royalties), cota-parte do ICMS, recolhimento de Imposto sobre Serviços (ISS) e empregos, porém, o território explorado pela MRN pertence também aos municípios de Faro e Oriximiná. Em seguida estão os setores de administração, saúde e educação públicas (18,3%) e serviços (17,1%) (IBGE, 2015). Veja o quadro abaixo:

Atividade	Percentual %
Industrial	57%
Serviços Públicos	18,3%
Serviços	17,1
Outros	7,6%

A agropecuária é praticada principalmente por pequenos agricultores localizados nos PAs. De acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico da Calha Norte. No município existem



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO

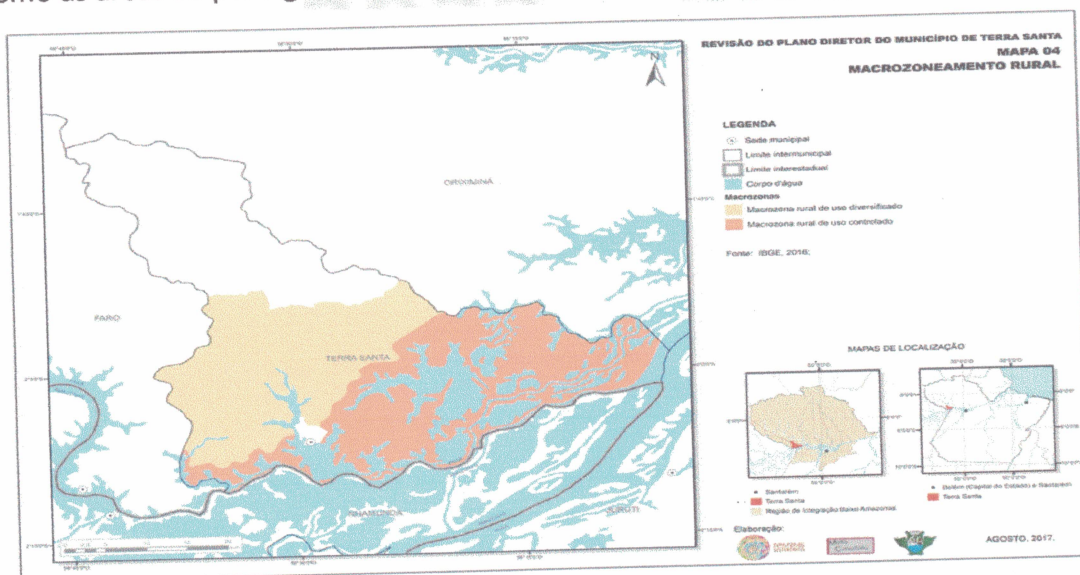


aproximadamente 1.200 agricultores familiares (Governo do Pará, 2019) que cultivam principalmente culturas como banana, laranja, mandioca, melancia, cana-de-açúcar e milho. Nos últimos anos a área ocupada por essas culturas retraiu. Terra Santa é apenas o 7º município em número de efetivo bovino da Calha Norte e o octogésimo no Pará, assim como outros municípios da região, a criação no pasto é sazonal em virtude das cheias do Rio Amazonas. Segundo o IBGE, em 2019 a pecuária no município soma um contingente de 40.412 cabeças de gado (IBGE, 2019).

Os pastos (limpos, sujos e em regeneração) somavam uma área de aproximadamente 206 quilômetros quadrados (18% da área cadastrável), localizados principalmente no PA Jamari, PA Vira Volta e em propriedades particulares ao norte e oeste da sede municipal (INPE, 2012).

A análise dos mapas de uso do solo e aptidão agrícola demonstra que grande parte das atividades agropecuárias do município estão implementadas em boas condições ou regular aptidão para a agricultura e agricultura familiar. Por outro lado, a pecuária ocupa mais de 50% dessas áreas, sendo que cerca de 25% das áreas de pasto do município encontra-se em estado de precário (pasto sujo e regeneração com pasto).

No entanto, segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico da Calha Norte, não há áreas recomendadas para a pecuária no município de Terra Santa. Ou seja, a pecuária existente no município deve ser de grande custo e baixa produtividade. Portanto, esforços de planejamento, tecnologia e extensão são necessários para dinamizar a economia agropecuária de forma sustentável no município. Veja abaixo o mapa de macrozoneamento rural elaborado pela equipe técnico de atualização e revisão do Plano Diretor, observando que a Macrozona rural de uso diversificado é aquela destinada tanto às áreas de agricultura comercial intensiva, como as áreas de pastagens e de plantio de subsistência.



O setor madeireiro avançou suas atividades em Terra Santa, a partir da concessão florestal realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) em 2015. Desde então as diretrizes Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149; e-mail: [pmts.terrasanta@gmail.com](mailto:pmts.terrasanta@gmail.com)



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



técnicas da concessão estão sendo realizadas na Unidade de Manejo Florestal (UMF) 1A, localizada no município de Terra Santa/PA da Floresta Nacional Saracá-Taquera concedida à Ebata Produtos Florestais, empresa vencedora da Concorrência N° 02/2012, promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), nos termos da Lei n° 11.284/2006 e do Decreto n° 6.063/2007. O setor já produziu recolhimentos tributários que resultaram em investimentos na área ambiental do município, incluindo na estrutura do Órgão ambiental municipal.

A pesca realizada no município não possui indicadores, todas as informações no município são orais. Na administração municipal não existe o setor na estrutura administrativa dos Órgãos. No entanto, o município possui vocação natural pela riqueza hidrográfica regional, diversidade de espécies e rede de população tradicional ribeirinha.

### 5.3 – Dinâmica Socioeconômica

#### a) Trabalho, Emprego, Renda e Mercado.

O maior empregador em Terra Santa é a Administração Pública municipal, depois o comércio, a indústria e serviços, a informalidade ainda possui números considerados, mas o mercado de trabalho apresentou na última década saldo positivo. A Prefeitura estimula o empreendedorismo através do apoio à realização da feira do produtor rural (foto ao lado) e fomenta os pequenos produtores, realizando-a semanalmente. Ao lado o registro a feira semanal:



A economia local é concentrada no setor industrial (57% do PIB), devido à presença da

Mineração Rio do Norte (MRN) no território, gerando transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (royalties), cota-parte do ICMS, recolhimento de Imposto sobre Serviços (ISS) e empregos, porém, o território explorado atualmente pela MRN pertence também aos municípios de Faro e Oriximiná e em breve explorará o território do município de Faro. Em seguida está à administração pública municipal e estadual (18,3%) e serviços (17,1%) (IBGE, 2015). A informalidade é visível ao observarmos o serviço de transbordo de cargas diariamente no porto onde ancoram os navios ou ambulantes que vendem seus produtos diariamente em barracas nas ruas. Veja abaixo o quadro das atividades que geram trabalho e renda no município:

Atividade	Percentual %
-----------	--------------





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Industrial	57%
Administração Pública	18,3%
Serviços (comércio e prestadores)	17,1
Outros	7,6%

**a) Pobreza e Desigualdade Social.**

A Fundação Amazônia de Amparo e Estudos a Pesquisa do Pará – FAPESPA (2010) realizou diagnóstico socioeconômico e ambiental da região de integração do baixo amazonas com indicadores sobre saneamento e habitação, observando os dados do município de Terra Santa, notamos que 23,% da população não possui acesso aos serviços básicos de saneamento, percentuais baixos para o cenário amazônida, veja o quadro abaixo:

Domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Domicílios com água encanada	Domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Domicílios com Coleta de lixo	Moradias Adequadas
79 %	85 %	74 %	85 %	92%

Para o mesmo diagnóstico o percentual de pobres é estimado em 38,14 % e o índice de gini (aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos) é de 0,58, considerado alta concentração de riquezas entre poucos cidadãos.

Os percentuais (38,14) de pobreza contradizem os 23% da população que não tem acesso aos serviços básicos de saneamento e a habitação digna.

Quando observamos os números dos benefícios sociais do governo federal a realidade é retratada mais próxima da realidade, veja abaixo:

População	Total de Famílias	Famílias beneficiárias	Famílias não beneficiárias	Pessoas Cadastradas
18.917	4.203	2.650	1.553	16.675
100%	100%	63,05%	36,95%	52,9%
2.658 pessoas recebe o Benefício Básico (R\$ 89,00)				
79 recebem Benefício Variável Gestante (BVG) (R\$ 41,00)				
33 recebem Benefício Variável Nutriz (BVN) (R\$ 41,00)				
1.425 recebem Benefício variável (crianças de 0 a 6 anos) (R\$ 41,00)				
2.216 recebem Benefício variável (crianças de 7 a 15 anos) (R\$ 41,00)				
533 recebem Benefício variável jovem (BVJ) (R\$ 48,00)				



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



1.657 recebem Benefício para superação da extrema pobreza (BSP)

Esses indicadores de pobreza e desigualdade municipal demonstram a necessidade de políticas públicas e instrumentos de planejamento que possibilitem geração de trabalho, emprego e renda e a superação desse problema, isso constitui um macro desafio à administração.

#### 4.5.3 – Administração Pública Municipal de Terra Santa

A Gestão Municipal administrada pela Prefeitura conta com 15 (quinze) Secretarias Municipais e Órgãos Técnicos, abaixo discriminados que ofertam serviços públicos essenciais aos contribuintes:

Fachada do prédio da Prefeitura  
Municipal de Terra Santa



(BITTERCOURT 2020)

- a) Secretária Municipal de Administração;
- b) Secretária Municipal de Fazenda;
- c) Secretária Municipal de Educação;
- d) Secretária Municipal de Saúde;
- e) Secretária Municipal do Trabalho, Assistência e Promoção Social;
- f) Secretária Municipal de Obras, Terras e Serviços Municipais;
- g) Secretária Municipal de Meio Ambiente e Mineração;
- h) Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento;
- i) Secretária Municipal de Turismo;
- j) Secretária Municipal de Cultura;
- k) Secretária Municipal de Desporto e Lazer;
- l) Secretária Municipal de Governo;
- m) Secretária Municipal de Planejamento;
- n) Secretária Municipal de Transportes;
- o) Secretária Municipal de Interior
- p) Procuradoria Municipal;
- q) Controle Interno; e
- r) Assessoria Contábil.

A Administração Pública de Terra Santa ampliou sua estrutura em relação ao período anterior, criando Órgãos que possam melhorar a oferta de novos serviços, destaque para o Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149; e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



fortalecimento da Procuradoria Geral do Município e da Controladoria Geral Interna com servidores concursados, da Secretaria de Interior para articulação das políticas integradas às comunidades, a Secretaria de Governo e suas atribuições institucionais e o desmembramento da Cultura, Turismo e Desporto, fundamental a estruturação e desenvolvimento dos setores. Observamos aspectos ausentes ou fragilizados na gestão, tomando como referência levantamentos in loco e os estudos socioeconômicos realizados por Órgãos oficiais que diagnosticam problemas e soluções municipais:

- planejamento da cadeia do turismo;
- fomento a cadeia da pesca artesanal;
- inexistência da Sala do empreendedor;
- fortalecimento do papel do SINE;
- fomento das cadeias produtivas vinculadas a agricultura familiar mensurando resultados alcançáveis;
- fortalecimento da atividade extrativista com infraestrutura, equipamentos e capacitação.

Outro aspecto relevante diz respeito à atualização da legislação municipal, como Código Tributário, Planta de Valores Genéricos, Planos Setoriais e implementação da política de fundos na Secretaria de Turismo, na Secretaria de Trânsito e no Saneamento Básico, dialogando com a legislação tributária para propiciar incremento das receitas municipais.

#### a) **Legislação e Serviços de Educação Municipal**

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Terra Santa é responsável pelo atendimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Atualmente atende alunos a partir de 03 (três) anos a 05 (cinco) anos na educação Infantil, de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos na modalidade regular e de 15 (quinze) e 21 (vinte e um) anos na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA. A SEMED está estruturada em prédio próprio com organograma funcional definido por lei e desde 2017 conta com a participação do Conselho Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal nº 231/2017, de 31 de agosto de 2017, assim como dos demais conselhos, inclusive os conselhos escolares regularizados para acessar os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

O Plano Municipal de Educação – PME foi elaborado e aprovado em 2015, com vigência entre 2016/2025, o ensino Municipal de Terra Santa será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Propor práticas educativas que atendam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade municipal;
- II – Educação de qualidade;
- III – propiciar aos educandos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural;

Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149;  
e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



- IV – Garantir a inserção no mundo do trabalho e do consumo;
- V – Garantir a igualdade de condições necessárias do educando em seu caráter religioso, educativo e recreativo;
- VI – Possibilitar o desenvolvimento nos processos metodológicos participativos e de construção coletiva das linguagens escrita e oral do educando;
- VII – Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação e equilíbrio do meio ambiente, entendendo a defesa qualidade ambiental como valor inseparável do exercício da cidadania (ARMONIA – p. 550).
- VIII – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- XI – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- X – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- XI – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- XI – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- XII – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- XIII – valorização do profissional da educação escolar;
- XIV – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- XV – garantia de padrão de qualidade;
- XVI – valorização da experiência extraescolar;
- XVII – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XVIII – consideração com a diversidade étnico racial.

O PME de Terra Santa foi elaborado em consonância com o “Art. 8º do PNE que define as competências dos entes federativos, sendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”.

§ “1º - Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. (...).

Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”.

Assim sendo, coerentes com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, eis as políticas macros:

- I – erradicação do analfabetismo e melhoria do nível de Letramento dos discentes;
- II – universalização do atendimento escolar com qualidade;
- III – superação das desigualdades educacionais, com a promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação e resultados das escolas;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática e de qualidade da educação pública, alcançando melhores resultados;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; otimizando e priorizando ações assertivas.
- IX – valorização dos/as profissionais da educação, visando o cumprimento do que preceitua o PCCR municipal;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

#### Objetivos e Metas do PME

1. Universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de 04 (quatro) anos a 05 (cinco) de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência do PME.
2. Construir, reformar, ampliar e regulamentar instituições de Educação Infantil com recursos próprios ou em parceria com a União e instituições privadas, em conformidade com os padrões arquitetônicos, estabelecidos em legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade, ludicidade e os aspectos culturais e regionais.
3. Fortalecer e ampliar as parcerias com governo federal e uso de recursos próprios para garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos acessíveis nas instituições de educação infantil, considerando as especificidades das faixas etárias e as diversidades em todos os aspectos, com vistas a valorização e efetivação do brincar nas práticas escolares durante o processo de construção do conhecimento das crianças.
4. Constituir equipes de atendimento multidisciplinar para apoio itinerante nas instituições de educação infantil.
5. Assegurar nas instituições de Educação Infantil calendário apropriado e planejamento de atividades educativas que contemplem a diversidade das crianças que se encontram em sala de aula, como as advindas das comunidades quilombolas e outras expressões de multiculturalidade.
6. Estabelecer critérios para atendimento em tempo integral na creche, por meio de comprovação de trabalho, flexibilizar a permanência da criança nas turmas de creche de acordo com a carga horária de trabalho familiar.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



7. Estruturar, em regime de colaboração com o governo federal, um ambiente tecnológico, com jogos interativos, programas para computador, aplicativos educacionais apropriados às crianças de Educação Infantil para 100% das instituições.
8. Instituir um programa de formação continuada para os professores da educação Infantil, a fim de propor novas estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado nesta etapa, considerando o desenvolvimento integral do aluno e suas especificidades.

#### **Cenário da Educação Municipal:**

A estrutura da educação pública municipal atual são 26 escolas municipais com atendimento nas seguintes modalidades da educação básica; educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Além disso, temos anexos para atender as necessidades com relação à proximidade das escolas das residências, principalmente em zonas rurais.

Para enfrentar os desafios colocados pelas novas políticas educacionais, especialmente quanto ao atendimento no ensino fundamental, a rede municipal dispõe de prédios escolares que foram construídas por recursos próprios da prefeitura municipal, recursos financeiros advindos do FUNDEB e o FNDE. Uma creche, modelo FNDE está em execução com previsão para conclusão no final de 2021.

Ao analisarmos os indicadores de produtividade do sistema educacional municipal, não podemos deixar de enfatizar o considerável peso das variáveis recursos humanos. Atualmente a secretaria municipal de educação SEMED precisa ampliar seu quadro funcional, necessitando de um concurso público que venha suprir a necessidade de técnicos especialistas em orientação educacional; supervisão escolar, e administração escolar, psicólogo e assistente social para o melhor acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem.

Quanto aos professores, os mesmos tiveram durante os últimos anos sua prática pedagógica valorizada através de cursos e capacitação de formação em serviço, atendimento de avaliação com programa de formação continuada em todos os níveis de ensino e formação de professores em licenciatura plena em pedagogia na educação básica. Nas escolas do município 168 professores realizam as atividades de ensino aprendizagem, em sua maioria com formação adequada. Abaixo o quadro de Professores do Sistema Municipal de Ensino:

#### **PROFESSORES CENSO ESCOLAR 2020 TERRA SANTA - PARÁ**

NÍVEIS/MODALIDADES	FASES	PROFESSORES
	CRECHE	7
	PRÉ-ESCOLA	24



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIFICADA	1
	Total Educação Infantil	32
ENSINO FUNDAMENTAL	Ensino fundamental I	67
	Ensino fundamental II	45
	Total Ensino Fundamental	112
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EJA	6
MULTIETAPA	Educação infantil e Ensino Fundamental (9 anos)	11
	Ensino Fundamental de 9 anos	2
	Total Multietapa	13
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	AEE	5
TOTAL		168

Na matrícula inicial de 2015 apresentamos matrículas de alunos, inseridos em turmas no atendimento na educação infantil, Ensino Fundamental e educação de jovens e adultos. Existem 13 escolas na zona rural; possuindo salas de aula com atendimento a alunos da educação infantil e ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, com turmas regulares.

Apesar das reformas ainda não possuímos laboratórios de informática em todas as escolas e nem conexão de internet. Nosso município tem uma peculiaridade: a fibra ótica existente ainda não está disponível para todos, dificultando as conexões por internet, bem como a velocidade de recebimento e envio de dados. As escolas municipais vêm vivendo o processo de regularização das unidades educacionais, necessitando urgentemente, concluir estas ações, principalmente pela necessidade da presença de secretários escolares devidamente qualificados. Outro processo realizado nestes últimos anos foi a regularização das prestações de contas dos 14 Conselhos Escolares das unidades escolares para que as mesmas pudessem ser contempladas com os recursos do PDDE. Abaixo os dados do censo escolar 2020:

**MATRÍCULAS ALUNOS CENSO ESCOLAR 2020 TERRA SANTA - PARÁ**

NÍVEIS E MODALIDADES	FASES	MATRÍCULAS
	Creche	198



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Educação Infantil	<i>Pré-escola</i>	686
	Total Educação Infantil	884
Ensino Fundamental	<i>Ensino fundamental I</i>	1.731
	<i>Ensino fundamental II</i>	1.452
	Total Ensino Fundamental	3.183
Educação de Jovens e Adultos	EJA	80
Atendimento Educacional e Especializado	AEE	88
<b>TOTAL</b>		<b>4.235</b>

#### IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos.

Veja o quadro de evolução do IDEB de Terra Santa:

IDEB 4ª OU 5ª/9 – TERRA SANTA		
Ano	IDEB Observado	Meta Projetada
2007	3.2	3.1
2009	4.0	3.4





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



2011	4.2	3.9
2013	4.1	4.1
2015	5.2	4.4
2017	5.6	4.7
2019	5.7	5.0
2021	-	5.3

IDEB 8ª ou 9ª/9 – TERRA SANTA		
Ano	IDEB Observado	Meta Projetada
2007	3.3	3.0
2009	3.3	3.1
2011	3.5	3.4
2013	3.9	3.8
2015	4.1	4.2
2017	4.1	4.4
2019	4.6	4.7
2021	-	5.0

Com exceção do refluxo em 2013, o processo de desenvolvimento da educação municipal segue progressivo, gráfico em ascendente.

#### b) Organização e Funcionamento dos Serviços de Saúde

O município de Terra Santa assinou o Termo de Compromisso de Gestão Plena no ano de 2010, sendo responsável pela integralidade da atenção à saúde da sua população, exercendo essa responsabilidade de forma solidária com o Estado e a União. Assim, possibilita a garantia da integralidade das ações de saúde prestadas de forma interdisciplinar, por meio da abordagem integral e contínua do indivíduo no seu contexto familiar, social e do trabalho; englobando atividades de promoção da saúde, prevenção de riscos, danos e agravos; ações de assistência, assegurando o acesso ao atendimento às urgências.

##### b.1 – Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde

O Conselho, em caráter permanente e deliberativo, é um órgão colegiado composto por representantes do Governo, Prestadores de Serviços, de Profissionais de Saúde e de Usuários, que atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na estância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões são homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído (Art. 1º, § 2º, da Lei 8.142/90). A Lei



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Municipal nº 1.239 de 07 de dezembro de 2007, instituiu o Conselho Municipal de Saúde e revoga a Lei Municipal nº 647 de 19 de novembro de 1996.

A descentralização das ações e responsabilidades de execução é garantida pela descentralização dos recursos. O mecanismo de financiamento do SUS fortalece a autonomia municipal por meio dos repasses fundo a fundo (MS/2001). A Constituição Federal prevê a corresponsabilização financeira nas três esferas de governo para a atenção à saúde. Ao ser habilitado como Gestão Plena do sistema, o município de Terra Santa passou a ter mais responsabilidades. Para garantir os serviços de saúde à população, o município aplica recursos próprios, com o que o gestor municipal cumpre a Emenda Constitucional 29/2000.

### b.2 – Modelo de atenção à saúde

**Rede de serviço e infraestrutura de apoio.** O município possui 04 Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF), 01 Hospital Municipal de atendimento de Média Complexidade com 25 leitos, 01 Centro de Referência Integrado em Fisioterapia - CRIF, 03 Unidades Básicas de Saúde e 01 Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA.

Entre os serviços oferecidos na rede, estão: internações nas quatro clínicas básicas consultam ambulatorial, procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade, laboratório de análises clínicas, serviços de Raios-X e odontologia. Na Atenção Básica, estão incluídos: Estratégia de Saúde da Família, Programa de Saúde Bucal, Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Saúde do Adolescente, Teste do Pezinho, Imunização, Farmácia Básica, Programa de Controle da Hanseníase e da Tuberculose, Vigilância Epidemiológica e Sanitária, Controle da Hipertensão arterial e Diabetes, Prevenção de Câncer do Colo Uterino e Mama e de Educação em Saúde.

Rede Assistencial - 2020	Serviço
Central de Regulação	01
Centros de Especialidade	02
Farmácia Municipal	01
Hospital Geral	01
Posto de Saúde da Família	04
UBS	03
Secretaria de Saúde	01
Departamento de Vigilância em Saúde	01
Unidade Móvel Fluvial (ambulancha)	01
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

### Quadro da cobertura da Atenção Básica



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Município	População	Agentes Comunitários de Saúde				Equipe de Saúde da Família				Equipes de Saúde Bucal		
		Teto	Credenciado	Cadastrado	% de cobertura populacional estimada	Teto	Credenciado	Cadastrado	% de cobertura populacional estimada	Teto	Implantada	% de cobertura populacional estimada
TERRA SANTA	18.760	55	49	46	88%	09	06	05	73,53	07	4	73,53%

Fonte: MS/Departamento de Atenção Básica/DAB- 2020]

**Profissionais sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde (2020)**

CATEGORIA PROFISSIONAL		TIPO DE PRESTADOR
		Público
Nível Superior	Médico	02
	Médico (ESF)	04
	Enfermeiro	19
	Enfermeiro (ESF)	08
	Odontólogo	06
	Assistente Social	03
	Fisioterapeuta	04
Nível	Farmacêutico/Bioquímico	03
	Técnico de Enfermagem	39
	Agente de Vigilância Sanitária	02
	Auxiliar de Consultório Dentário	05
	Técnico em Radiologia	04

Fonte: SMS/CNES

**b.3 – Características da Assistência Farmacêutica**

Entre as diretrizes do Ministério da Saúde, está a reorientação da assistência farmacêutica, tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades relacionadas à promoção do acesso da população aos medicamentos essenciais e o apoio às ações da atenção básica de saúde. Uma estratégia para o desenvolvimento dessa diretriz foi a implantação da Portaria nº 176, de 8 março de 1999, que estabelece critérios e requisitos para a qualificação dos municípios e estados ao incentivo à assistência farmacêutica básica.

O município de Terra Santa recebe o recurso financeiro mensalmente do Governo Federal, cujo repasse é feito na modalidade fundo a fundo. Proveniente do Estado, a contrapartida é em medicamentos. É importante ressaltar que esses quantitativos não são suficientes para atender à demanda do município, sendo necessário um aporte financeiro maior do que o pactuado na Portaria nº 176 por parte da Gestão Municipal, para garantir o acesso dos medicamentos à população.

**b.4 – Perfil Epidemiológico**

Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149;  
e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



### Morbimortalidade e Fatores de Risco

O foco de análise são as condições de saúde local. O município acompanha o que acontece no país e no mundo, um aumento da expectativa de vida ao nascer, principalmente devido à redução da mortalidade infantil em menores de 01 ano de idade.

### Quadro da Frequência de Óbitos segundo suas causas (2020)

Causas de Óbitos	Frequência
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7
Neoplasias (tumores)	1
Doenças do sangue	2
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	9
Doenças do aparelho circulatório	20
Doenças do aparelho respiratório	7
Doenças do aparelho digestivo	4
Doenças do aparelho geniturinário	2
Algumas afecções originadas no período perinatal	4
Mal f cong deformatid e anomalias cromossômicas	2
Sint sinais e achad anorm ex clin e laborat	4
Causas externas de morbidade e mortalidade	6
Total	68

Fonte: SIM/DATASUS

Segundo dados do DATASUS, dentre os principais procedimentos de internações hospitalares no ano de 2020, os mais frequentes foram: 163 Partos Normais, representando 17% das internações, em segundo lugar aparecem 133 Tratamentos de Infecção pela COVID-19, representando 14% das internações e por último aparecem 99 Partos cesarianos, representando 10% do total das internações.

### Doenças Transmissíveis e não Transmissíveis

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é o principal instrumento de coleta de dados das doenças de notificação compulsória e outros agravos. Tem por objetivo registrar e processar os dados, fornecer informações para análise do perfil de morbidade e contribuir, desta forma, para tomada de decisão nos três níveis de gestão do SUS.

Número de agravos notificados no município de Terra Santa (2016/2020)

Agravos	2016	2017	2018	2019	2020
---------	------	------	------	------	------



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Acidentes por animais peçonhentos	11	8	12	34	23
HIV	0	0	1	1	0
Atendimento antirrábico	54	39	55	89	70
Condiloma acuminado verrugas anogenitais	0	0	1	0	0
Dengue	0	0	0	0	0
Hanseníase	1	1	1	0	0
Hepatites virais	0	0	1	1	0
Meningites (outras meningites)	0	0	0	0	0
Tuberculose	6	12	4	4	6
LTA	2	3	5	8	3
Violências	1	1	1	4	2
Leishmaniose Visceral	0	0	0	0	1
Acidente de trabalho grave	4	1	0	1	2
Acidente c/ exposição a Material Biológico	4	1	3	1	0
Sífilis não especificada	3	4	13	16	6
Sífilis em Gestante	2	3	11	15	7
Sífilis Congênita	0	0	1	5	3
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>73</b>	<b>109</b>	<b>179</b>	<b>123</b>

Fonte: SINAN NET

Abaixo demonstrativo das internações de pacientes residentes do município de Terra Santa. Quando se fala em local de internação, entende-se que os registros foram colhidos no próprio município e quando se fala em local de residência subentende-se que cidadãos do município foram internados em outras cidades do Brasil. A série histórica recente demonstra entre os anos de 2017 e 2019, média percentual estável e breve redução em 2020 para internações segundo local de residência e acentuada redução segundo local de internação.

INTERNAÇÕES, SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA E INTERNAÇÃO.

Ano	Internações segundo local de residência	Internações segundo local de internação
2016	927	811
2017	1.195	1.085
2018	1.242	1.107
2019	1.269	1.043
2020	934	768



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



O quadro abaixo apresenta o panorama do número de nascimento de crianças segundo sexo, observa-se que nasceram mais crianças do sexo feminino em relação ao nascimento de crianças do sexo masculino. Por exemplo, na série histórica abaixo, nasceram 665 crianças do sexo feminino, representando 50,68%, enquanto que 49,31% foram do sexo masculino.

NASCIMENTO POR RESIDÊNCIA DA MÃE, SEGUNDO SEXO.

Sexo	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Masculino	130	114	145	121	137	647
Feminino	98	123	178	129	137	665
Ignorado	00	00	00	00	00	00
Total	228	237	323	250	274	1.312

Fonte: DATASUS/MS

O quadro abaixo avalia a cobertura dos Imunobiológicos no município de Terra Santa apresenta em sua média geral 84,81%, ou seja, o resultado em relação a meta foi satisfatória, sendo que a meta preconizada foi de 70,00%. Em relação aos imunobiológicos individualizados os resultados são totalmente diferentes com exceção do ano de 2014 em que dos nove indicadores apenas a Influenza não atingiu a meta. Por outro lado 2011 foi o único ano que não atingiu a meta pactuada com 58,62%.

IMUNOBIOLÓGICO, SEGUNDO AS PRINCIPAIS VACINAS - EM %

Imunobiológico	2017	2018	2019	2020	Média (%)
BCG	97,96	99,71	86,64	73,32	<b>87,06</b>
Rotavírus Humano	85,12	91,33	85,40	77,01	<b>82,29</b>
Pentavalente	84,24	88,49	70,76	76,94	<b>78,86</b>
Poliomielite	84,74	89,54	84,19	75,86	<b>80,17</b>
Pneumocócica	92,15	95,25	89,07	81,03	<b>87,23</b>
Tríplice Viral	86,24	92,61	93,12	79,48	<b>83,92</b>
Febre Amarela	45,61	58,53	61,25	56,44	<b>56,72</b>
Influenza	50,39	61,30	73,01	72,47	<b>69,80</b>
Meningocócica	74,68	76,40	108,13	96,54	<b>85,35</b>

Fonte: DATASUS/MS

**b.5 – Vigilância em Saúde**

A Portaria nº GM/MS/3.252, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito  
Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149;  
e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Federal e Municípios e dá outras providências, de onde se destaca: “A relevante função da Vigilância em Saúde na análise da situação de saúde articulando-se em um conjunto de ações que se destinam a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo a integralidade da atenção e subsidiando os gestores no processo de planejamento e de tomada de decisão em tempo oportuno; a ampliação do escopo da Vigilância em Saúde com a incorporação da Saúde do Trabalhador, a importância cada vez maior das doenças e agravos não transmissíveis e da promoção da saúde e a necessidade de organização para respostas rápidas em emergências de saúde pública; o processo em curso de integração das vigilâncias (sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador) nas três esferas de governo”.

Há necessidade de reestruturação dos processos de trabalho com a utilização de dispositivos e metodologias que favoreçam a integração entre as vigilâncias e estas com a prevenção, proteção, promoção e atenção à saúde, a necessidade de concretizar o processo de estruturação e organização do sistema municipal de Vigilância em Saúde de Terra Santa.

#### **b.6 – Saúde Mental**

No campo da saúde mental, o Ministério da Saúde sugere e estimula duas direções básicas: a primeira é a reforma psiquiátrica e o incentivo à assistência à saúde mental, buscando garantir atendimento humanizado aos pacientes que necessitem de atendimento nos dispositivos de saúde mental; já a segunda trata da implementação das ações de prevenção e assistência aos usuários e dependentes de álcool e outras drogas.

A Saúde Mental no município de Terra Santa, no intuito de contemplar os usuários que necessitam desse atendimento, tem buscado encontrar parcerias para o atendimento básico destes pacientes.

#### **B.7 – Diretrizes do Plano Municipal de Saúde**

Diretriz 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Diretriz 2 - Fortalecimento da rede de Saúde Mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Diretriz 3 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção e Vigilância em Saúde.

Diretriz 4 - Garantia de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149;  
e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Diretriz 5 - Contribuição à adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.

Diretriz 6 - Implementação de novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Diretriz 8 - Qualificação de instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

c) **Assistência Social**



Em consonância a Política de Assistência Social, a Secretária Municipal do Trabalho, Assistência e Promoção Social – SMTAPS foi instituída atribuindo-lhe a função de órgão gestor com a finalidade de coordenar a definição e a implementação das políticas sociais no município de forma integrada e intersetorial, organizando a rede de atendimento pública da assistência social, a execução de programas, projetos, benefícios e serviços, captação de recursos financeiros, proposição dos recursos humanos necessários e apoio a participação popular e controle social. Instituída por Lei Municipal esta SMTAPS vem atuando como órgão gestor da política de Assistência Social no município, trabalhando em consonância com as legislações do Ministério da Cidadania – MC e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

A Secretária Municipal do Trabalho, Assistência e Promoção Social está localizada a Rua 8 de maio s/n, centro, funciona em prédio próprio, com recepção, salas técnicas para atendimento, sala de reuniões, copa e banheiro, ainda dispõe de áreas para futuramente construir salas anexas, nas quais instalará o SINE e a sala do Empreendedor.

A SMTAPS vem trabalhando no ordenamento e implantação dos serviços, programas, projetos e benefícios circunscritos nos âmbitos da proteção social básica, proteção social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A Lei de Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149; e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



criação da SMTAPS representou um marco na história da Assistência social em Terra Santa, pois passou a nortear os atendimentos das demandas (crescentes) atendeu no ato de sua criação os preceitos legais que norteiam a atuação na área. Atualmente, os serviços ofertados são: Serviços administrativos de competência da gestora, atendimento para cadastramento, atualização e inserção no cadastro único, atendimento social para demandas diversas, encaminhamentos com intuito de aquisição do Benefício de Prestação Continuada- BPC (idoso ou pessoa com deficiência) e acompanhamento técnico para os beneficiários do Programa Bolsa Família.

A gestão da SMTAPS está definida da seguinte forma:

- a) Diretoria Técnica de Assistência Social (Gestão do SUAS);
- b) Setor de Apoio Administrativo;
- c) Cadastro Único;
- d) Atendimento Jurídico;
- e) Proteção Social Básica;
- f) Proteção Social Especial de Média Complexidade.

A Gestão, Programas e Serviços são ofertados através do seguinte:

- a) Departamento de Assistência Social;
- b) Gerência de proteção Social Básica;
- c) CRAS Eglantina Muniz da Costa;
- d) Serviços, Benefícios e Programas desenvolvidos;
- e) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- f) Benefícios Eventuais;
- g) Benefícios de Prestação Continuada;
- h) Programa Bolsa Família;
- i) Programa Criança Feliz;
- j) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- k) Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- l) Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS;
- m) Serviços de Proteção e Atendimento Especializado à família e Indivíduos;
- n) Serviços de Proteção Especial para pessoas com Deficiências, Idoso e seus familiares;
- o) Órgão Vinculado: Conselho Tutelar.

Em reunião Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Terra Santa foi aprovado pela resolução nº 05/2019 o Plano Municipal de Assistência Social, vigência entre 2018 e 2021.

Diretrizes e Prioridades do PMAS



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Fortalecimento da gestão do Sistema Único da Assistência Social - SUAS a nível municipal, atendendo as normas e diretrizes da Política Nacional, primando pelas diretrizes de organização da Assistência Social que sejam:

- Descentralização político administrativo;
- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política em cada esfera de governo;
- Centralidade na Família para concepção e implementação de benefícios, serviços, programas e projetos.

Dados da área de Assistência Social de Terra Santa

CADASTRO ÚNICO		
Descrição	Quantidade	% da População
Famílias Cadastradas	6.878	16,8
Famílias em Situação de Extrema Pobreza	3.991	9,75
Famílias em Situação de Pobreza	657	1,6
Famílias de Baixa Renda	1.276	3,12
Pessoas Cadastradas (abril 2021)	22.434	54,8
Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	14.540	35,5
Pessoas em Situação de Pobreza	2.165	5,3
Pessoas de Baixa Renda	4.145	10,13
Estimativa de Famílias com Perfil de Cadúnico	5.192	12,7

Fonte: CADÚNICO/MC

No quadro acima observamos um percentual acentuado de famílias beneficiadas pelos programas, indicando que 46,7% das famílias salinopolitanas são atendidas por programas sociais, revelando ausência de desenvolvimento socioeconômico municipal. São números questionáveis, pois o programa é auto declarável, portanto, seus números sobre a renda familiar não possui pesquisa científica e em grande medida, pouco acompanhada. Contudo, isto permite a circulação de mais de R\$ 1,3 milhões no município, promovendo o comércio.

**d) Saneamento**

Os componentes do Saneamento Básico: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana e Resíduos Sólidos, possuem números satisfatórios no município, segunda a FAPESPA (2016), apenas 23% da população não acessa os serviços de saneamento, números que contrastam com a realidade vivida pelos municípios. A administração pública não

Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149;  
e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



promoveu a elaboração do plano municipal de saneamento básico, para diagnosticar o setor e projetar ações contundentes para reduzir os déficits. Ações pontuais são implantadas, como pavimentação de vias com meio fio, sistemas de abastecimento de água são implantados, mas o passivo ainda é preocupante. Recentemente o sistema de abastecimento de água gerido pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA entrou em colapso com a queima da bomba, deixando os munícipes atendidos pela empresa sem água em suas torneiras durante dias. O esgotamento sanitário é sintomático, segundo informações orais, não existe rede ou sistema na sede e administração municipal, através do titular do serviço, não tem indicadores de fossas.

Quanto aos serviços de coleta e destino dos resíduos sólidos no município, a administração realiza os serviços de acondicionamento, coleta e transporte dos resíduos sólidos produzidos em sua área geográfica, uma vez que inexistente, por enquanto, um plano específico que trate sobre os Resíduos Sólidos, muito menos uma ação detalhada e recente sobre os aspectos técnicos desses resíduos produzidos. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente inseriu em seu planejamento e no Plano plurianual – PPA do próximo quadriênio a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Por enquanto, o aterro sanitário (lixão) continua a céu aberto e a composição a ser implantada a partir do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Educação Ambiental, Coleta Seletiva, Compostagem e Logística Reversa) ainda aguarda definições administrativas.

#### e) Sistema de Transporte

O município de Terra Santa possui os 3 modais de transportes. O modal rodoviário, constituído da malha viária (PA, Vicinais, Ramais e Ruas do perímetro urbano) por onde transitam veículos de passeio, caminhões, mototaxistas, taxistas e outros veículos, não está regulamentado. A administração pública municipal dispõe da Secretaria de Transporte que deverá regulamentar o setor, implantando do Departamento Municipal de Trânsito que conduzirá a descentralização, instalando estrutura física e promovendo concurso público para agentes municipais de trânsito e ainda, deverá implantar o Fundo Municipal de Trânsito e serviços, como a JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infração.

O modal hidroviário é o mais utilizado pelos cidadãos terrasantense, pois em grande medida se deslocam internamente para as comunidades ribeirinhas ou para outras cidades da região. O terminal hidroviário municipal foi construído recentemente pelo Estado e entregue para ser administrado pela Prefeitura. Porém, a sede do município precisa melhorar a infraestrutura portuária para transbordo de cargas e ainda regulamentar a oferta dos serviços através de concessões públicas e assim, gerar receitas municipais.

No modal aeroviário o município dispõe de um campo de pouso que deve ser regulamentado perante a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, pois esse modal se



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



constitui como infraestrutura fundamental para estimular o desenvolvimento municipal, sobretudo para o Turismo.

O município de Terra Santa não elaborou o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, apesar de o município ter população abaixo de 20 mil habitantes. A importância do Plano de Mobilidade Urbana, em primeiro lugar, se refere ao fato de pensar e planejar a mobilidade do município, mas de forma integrada com o uso e a ocupação do território, o que muitas vezes não acontece. Em geral os municípios se desenvolvem de forma desordenada e depois mitigam os efeitos negativos da falta do crescimento não planejado. É necessário sempre pensar nos cenários futuros e nas tendências almejadas de uma cidade para conseguir direcionar o desenvolvimento urbano para proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população.

**f) Segurança Pública no Município**

A Segurança Pública é prerrogativa do Estado que implantou no município uma Delegacia de Polícia Civil funcionando 24h, composto por Delegado, escrivão e investigadores. A polícia militar está presente no município, porém o contingente é insuficiente para as dimensões e, principalmente para a tipologia territorial. O Corpo de Bombeiros Militares, segundo relatos de munícipes, nunca compareceu ao município.

O trânsito é outro setor da segurança pública que exigirá da administração pública municipal medidas para implantação do Departamento Municipal de Trânsito que conduzirá a descentralização, instalando estrutura física e promovendo concurso público para agentes municipais de trânsito e ainda, deverá implantar o Fundo Municipal de Trânsito e serviços, como a JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infração.

**g) Meio Ambiente**

Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente está estruturada, com prédio próprio, corpo técnico, com política de meio ambiente, fundo municipal de meio ambiente e conselho, faltando apenas o plano municipal de meio ambiente. Aderiu ao programa estadual município verdes e vem atingindo as metas estabelecidas para receber o ICMS verde e realizando as ações de cadastramento ambiental rural.

Desde o ano de 2017, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Terra Santa, tem trabalhado a vertente de Preservação e Conservação Ambiental, com inúmeras ações e projetos voltados a conscientização e educação ambiental, manejo dos recursos naturais, emprego da economia verde na geração de renda, por meio de produtos florestais, porém sem causar impacto ambiental, gerando recursos financeiros e mantendo a floresta em pé. Atendendo a administração de forma geral, sendo toda Gestão feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração, que é o órgão responsável por todo planejamento,

Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149;  
e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



coordenação e execução das ações, projetos e programas socioambientais, sendo a agente de avaliação da Preservação e Conservação Ambiental no Município.

Nos dias atuais a SEMMATS, conta com seu prédio próprio, equipada com salas, recursos humanos e equipamentos necessários para todas as demandas de Fiscalização de denúncias gerais de cunho ambiental; Educação Ambiental; Licenciamentos (LP – Licença Prévia, LI – Licença de Instalação e LO – Licença de Operação); Autorizações Ambientais, Monitoramento de Rios, Lagos, Igarapés e terra firme; Projetos Socioambientais e apoio as comunidades, associações comunitárias e de responsabilidade ambiental.

Contudo, para que mais ações sejam executadas faz-se necessário algumas adequações, como a Construção de uma sala de reuniões, denominada de 'Sala Verde', construção do viveiro de mudas, quelônios e alevinos, pois a SEMMATS, possui espaço físico para essas ações, elevando ainda mais Gestão Ambiental de Terra Santa, bem como servindo de exemplo sustentável para os demais municípios e sociedade civil em geral.

Implementação de utilização de energia solar fotovoltaica no prédio do OMMA para consumo próprio, para que a administração pública dê o exemplo e possa se beneficiar com as reduções de custo possibilitadas por esse modelo.

Transformar Terra Santa em um município sustentável e colaborar para promover mudanças globais, que priorize matriz energética de baixo impacto ambiental. Com o uso da energia solar, o município de Terra Santa estará vinculado com o comprometimento do Brasil em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 37% até 2025 e 43% até 2030, com base no ano de 2005, e ampliar a participação de fontes renováveis não-hídricas na geração de energia elétrica para pelo menos 23% da matriz até 2030, conforme determinado pela Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), ratificada pelo Congresso Nacional e Presidência da República, fruto do Acordo do Clima de Paris da COP21 (Cúpula do Clima) de dezembro de 2015, bem como as metas estabelecidas no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

O Município de Terra Santa, através da sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, alcançou avanços significativos nas ações, programas e atribuições, voltadas a defesa e a preservação do Meio Ambiente, no que concerne ao **Cadastro Ambiental Rural (CAR), ICMS Verde, Concessão da Madeira e Controle do Desmatamento.**

Mesmo com as dificuldades impostas, principalmente pelas irregularidades do Assentamento Agrário do INCRA, tem avançado no Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo uma das medidas de eficiência do combate ao desmatamento, de acordo com PMV, o município tem uma área cadastrável de CAR de 1.165,63km<sup>2</sup>, correspondendo a 61,46 da área do município, atingindo atualmente cerca de 9 717,62km<sup>2</sup> de CAR cadastrado, chegando a 61,57% do total cadastrável, faltando ser cadastrado 214,88km<sup>2</sup>, cerca de 18,43% do total cadastrável para atingir a meta do PMV que é de 80% de CAR cadastrado na área total do



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



município. De acordo com o Programa Municípios Verdes (PMV), o município de Terra Santa, tem cumprindo suas metas contra o desmatamento dentro de suas jurisdições, com o desmatamento menor que 40km<sup>2</sup>.

Uma das ações objetivada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Terra Santa (CODEMATS), conselho fiscalizador do Fundo Municipal de Meio Ambiente, é a criação do **Monitoramento de Rios, Lagos, Igarapés**, com a criação desse Monitoramento, por meio de tecnologia via satélite, será possível ter maior êxito na fiscalização dos recursos hídricos do município, assim como dos seres vivos que nele habitam, preservando nossa biodiversidade aquática contra predação.

Atender as Comunidades de forma geral, sensibilizando-os por meio de projetos de educação ambiental, sobre a preservação dos rios, lagos e igarapés, bem como da fauna local.

Salienta-se que as Comunidades rurais de Terra Santa, possuem um ótimo potencial para o desenvolvimento da agricultura, pesca, produção de artesanatos, gêneros alimentícios de origem animal e vegetal, mas que precisa-se de um acompanhamento técnico, com vistas a melhorar essa produção, manejando os recursos naturais, mantendo a floresta em pé, fazendo jus ao princípio da economia verde, valorizando a fauna e a flora, sem depredar beneficiando a todos(as).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, já vem fazendo esse tipo trabalho junto as comunidades, porém é necessário que seja ampliada essas ações, com mais incentivos e resgate de recursos, para que novos programas e projetos possam ser implementados, elevando a sustentabilidade em produzir sem degradar nas áreas rurais.

**Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS):** É um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos devendo ter o envolvimento de todos os geradores de resíduos desde a fase de produção, consumo e pós-consumo, com a destinação final adequada.

A partir da sanção da Lei 12.305 em 2010, também conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os Municípios brasileiros precisam ter um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS onde demonstram sua capacidade de gestão dos resíduos. De acordo com esta Lei, estes planos precisam ter um conteúdo mínimo apontando para soluções técnicas que estejam respaldadas no diagnóstico de cada município e suas particularidades. Além disso, o Poder Público Municipal precisar estabelecer normas para que as empresas apresentem demonstrem sua capacidade de gerenciamento de resíduos através de seus Planos de Gerenciamento. Apesar de não ter responsabilidade sobre os resíduos do setor privado, o poder público deve estabelecer a regulamentação baseado nos princípios da Política Federal.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Em se tratando de incentivos técnicos e financeiros, o Governo Federal brasileiro incentiva fortemente as soluções consorciadas como forma de fazer uma gestão mais eficiente e mais econômica.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS é na verdade o planejamento que um município faz para um cenário de 20 anos com revisões pelo menos a cada 4 anos sobre a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos que o município pretende realizar. Este plano constitui uma condição fundamental para que os municípios continuem tendo acesso à recursos da União Federal Brasileira destinados ao setor de resíduos sólidos deste município.

O PMGIRS, é atualmente segundo a PNRS Lei 12.305/2010 através de suas diretrizes a alternativa para que os municípios resolvam suas problemáticas dos lixões a céu aberto. Além de o PMGIRS, ser um instrumento de suma importância na busca de recursos financeiros federais de consorciados para a sua implementação, bem como contratação de empresas de consultoria para auxílio, seja na elaboração, acompanhamento e execução.

#### **Recuperação de Áreas Degradadas**

A recuperação de áreas degradadas tem por objetivo fornecer ao ambiente degradado, condições favoráveis a reestruturação da vida num ambiente que não tem condições físicas, químicas e/ou biológicas de se regenerar por si só.

A SEMMATS, objetiva traçar planos de ação para incentivar e apoiar tecnicamente os produtores rurais para a Recuperação de Áreas Degradadas, conscientizando os mesmos, sobre a importância de trabalhar sem degradar, uma vez que muitos agricultores são leigos e degradam sem más intenções.

#### **MANEJO SUSTENTÁVEL:**

Para que a SEMMATS, contribua ainda mais com a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações e comunidades locais, surge a estratégia do manejo participativo. Essas ações serão executadas, por meio dos programas de Gestão Comunitária, Manejo de Agroecossistemas, Manejo de Pesca e Manejo Florestal Comunitário.

#### **Gestão Comunitária**

O Programa de Gestão Comunitária, que tem como missão "Promover a gestão participativa de recursos naturais, apoiando ações de sustentabilidade e de conservação da biodiversidade". Busca-se atingir essa missão através do fortalecimento das organizações comunitárias, incentivando o trabalho por meio de associativismo e cooperativismo, estimulando a participação do povo local nos fóruns de negociações e tomadas de decisões sobre a gestão territorial e o manejo de recursos naturais. Gerando renda, através dos



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



recursos naturais sendo utilizados de maneira manejada beneficiando as comunidades e mantendo a floresta em pé, conservando também a fauna local.

### Manejo de Agroecossistemas

A agricultura familiar ocupa um lugar importante na economia doméstica das famílias nas comunidades do município de Terra Santa. Esta atividade, em conjunto com a pesca e manejo de recursos madeireiros e não madeireiros estão entre as principais atividades rurais praticadas pelos ribeirinhos, agricultores e produtores destas regiões. Nestas áreas os sistemas de cultivo estabelecidos são itinerantes (agricultura migratória ou de corte queima) e constituem os agroecossistemas, onde incluem-se as áreas de roças (áreas destinadas prioritariamente ao plantio da mandioca), capoeiras (florestas secundárias em diversas etapas de sucessão ecológica), sítios e quintais. Devido à importância econômica da agricultura familiar e sua importância para conservação, a SEMMAMTS, busca oferecer assessoria técnica aos agricultores familiares, colaborando para a melhoria e sustentabilidade das práticas de manejo dos agroecossistemas e produtividade dos sistemas.

**Manejo Florestal Comunitário:** O Manejo Florestal Comunitário é um conjunto de procedimentos técnicos, administração e gerência para **produzir produtos não madeireiros** com o mínimo de danos à floresta.

**Manejo de Pesca:** Com fundamental importância para os meios de vida das populações rurais da Amazônia, o recurso pesqueiro é uma das principais fontes de proteína animal e de renda para as populações ribeirinhas. Segundo estudos realizados, a pesca foi a atividade produtiva que mais aumentou sua contribuição para composição da renda doméstica em dez anos. A conservação deste recurso através de seu manejo sustentável é fundamental para subsistência da população e manutenção de uma importante cadeia econômica.

Diante deste cenário, a SEMMAMTS, visa criar o Programa de Manejo de Pesca, com o objetivo de promover a conservação dos recursos pesqueiros por meio do manejo participativo.

### h) Finanças Públicas e Renda no Município

A Prefeitura de Terra Santa possui as seguintes receitas de recursos públicos, abaixo quadro demonstrativo extraído da Lei Municipal nº 290/2020 – PMTS, de 21 de dezembro de 2020 – Lei Orçamentária Anual – LOA.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$
Receitas Correntes	76.596.932,10
Receita Tributária	3.995.298,77





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



Receita de Contribuição	282.560,00
Receita Patrimonial	105.571,00
Receita de Serviços	929.432,00
Transferências Correntes	78.012.465,53
Outras Transferências Correntes	5.660,00
Deduções de Transferências Correntes (-)	6.734.055,20
Receita de capital	2.839.794,90
Transferência de Capital	2.839.794,90
<b>Total</b>	<b>79.436.727,00</b>

No último quadriênio – 2017/2020 a evolução da receita municipal foi a seguinte:

Receita Municipal (RCL) R\$	
Receita total em 2017 <sup>1</sup>	R\$ 51.527.044,72
Receita total em 2018 <sup>1</sup>	R\$ 60.254.747,97
Receita total em 2019 <sup>1</sup>	R\$ 63.738.675,71
Receita total em 2020 <sup>1</sup>	R\$ 66.986.693,18
<b>Total do quadriênio</b>	<b>R\$ 242.507.161,58</b>
<b>Média Anual</b>	<b>R\$ 60.626.790,39</b>

<sup>1</sup> Deduções da receita corrente

No quadriênio apresentado 2017 a 2020 a evolução da receita de valores a preços correntes do município atingiu o montante de recurso na ordem de R\$ 242.507.161,58 (Duzentos quarenta e dois milhões, quinhentos e sete mil, cento e sessenta e um reais e trinta e nove centavos). A média anual superou os sessenta milhões de reais. O crescimento percentual entre o primeiro e o último ano de 22,3%. Entre os de 2017 e 2018 a receita corrente líquida (RCL) apresentou aumento de 14,5%. Entre os anos de 2018 e 2019 o incremento da receita foi percentualmente reduziu para 5,5%, queda acentuada de 9% para os padrões de municípios do porte de Terra Santa. Entre 2019 e 2020, momento de crise promovida pela pandemia do novo corona vírus – covid 19 que encolheu as atividades econômicas mundiais, o município de Terra Santa apresentou aumento na arrecadação de 4,9 % no exercício, menor que o exercício financeiro anterior em 0,6%. A expectativa para o próximo quadriênio 2022 a 2025 respectivamente a receita terá incremento, em média, de 6% ao ano, tomando como referencia a evolução da receita do quadriênio anterior. A prefeitura é a maior empregadora e investidora no município. Abaixo a evolução percentual da RCL:

Período	Percentual de Crescimento %
---------	-----------------------------



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



2017 – 2018	14,5%
2018 – 2019	5,5%
2019 – 2020	4,9%

**i) Lenda, capítulo da história terrasantense.**

O local povoado inicialmente e que originou a cidade de Terra Santa é recheado de contos, mitos e lendas que germinam o imaginário popular e enriquecem a memória e as rodas de conversas, versam e interpretam a vida e as atitudes humanas dos antepassados e a atualidade, dentre essas histórias, destacamos a seguir:

- a) A lenda do “Navio Encantado” que aparecia aos pescadores no lago algodual, com suas luzes e vozes nas noites em que mesmos realizam suas atividades de subsistência.
- b) A lenda dos “Três Pretinhos” que brincavam de assustar as lavadeiras de roupas e louças quando as mesmas estavam no local chamado de ‘ponta de pedras’ realizando seus afazeres. A tradição relata que as lavadeiras contraíam dores de cabeça.
- c) A lenda do “Cachorro da Barriga D’água” descreve que um homem com botas até o joelho cheias d’água andava do Pocinho ao Macário (áreas equidistante da cidade), marcando as casas para amedrontar ou assustar as pessoas, mas numa bela madrugada Seu Maneco abriu a porta e descobriu tudo e ainda soltou os cachorros para afugentar o Barriga D’água.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---



## **CAPÍTULO IV**

### **PROGNÓSTICO**

### **MACRO-OBJETIVOS**

**E**

### **DESAFIOS PARA GESTÃO**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO

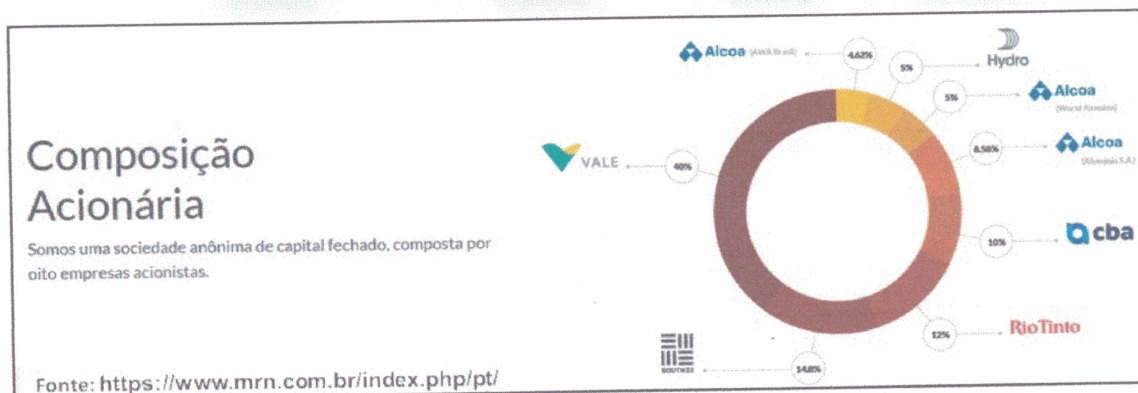


CAPÍTULO IV  
PROGNÓSTICO

1. Visão de Futuro

“Tornar Terra Santa referência em Gestão e Eficiência Municipal”

O Município de Terra Santa, inserido na região de integração do Baixo Amazonas, na Calha Norte, território que sofre com a ausência do Estado, apesar de existirem serviços estaduais no Município. A principal vocação econômica do município é a mineração (Explorada pela Mineração Rio do Norte, havia 41 anos), no entanto, outras atividades se destacam, como agricultura, pecuária bovina e a concessão florestal.



A Prefeitura Municipal de Terra Santa, através dos seus Agentes Políticos, promovem a gestão pública para o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar dos munícipes em bases sustentáveis, levando em consideração suas peculiaridades e os princípios da ODS para



compor o escopo do planejamento e sua Visão de Futuro, Missão e Valores, considerando que o elemento agregador da sociedade é uma definição pactuada sobre o rumo orientador a seguir que são suas Diretrizes, definindo os Objetivos e Metas a serem alcançados no tempo, nesse caso, quadrienal para que os fins sejam

Rua Dr. Lauro Sodré, nº 527, Centro, Terra Santa - Pará, CEP 68.285-000 Fone: 93-3538-1149; e-mail: pmts.terrasanta@gmail.com



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



executáveis em médio prazo.

Nesse sentido, a percepção dos saberes, da legalidade, como construção social e humanizada se faz necessária para promover a responsabilidade social e ética da sociedade, desenvolvendo a capacidade de se preocupar como todo social e o exercício pleno da cidadania. Isso, demonstrado no reconhecimento da participação cidadã como atores protagonistas das proposições do desenvolvimento das políticas públicas, produtos e serviços, como abastecimento de água, infraestrutura e o desenvolvimento sustentável.

A ação de planejar, considerando as vocações locais, é o elo de desenvolvimento de ações coerentes com o território e seus potenciais. Nesse caso, Terra Santa, com vocações para a exploração mineral, agrícola, pecuária, exploração florestal e empreendedorismo, adotou a metodologia do envolvimento dos atores do serviço público e da sociedade civil para pensar os processos de desenvolvimentos futuros para alcançar os objetivos desejados pela administração municipal para os munícipes. Obviamente, este futuro desejado segue regras, leis, atenta para os meios disponíveis para pavimentar o caminho a seguir, viabilizando os objetivos e metas que desejamos atingir, relativizando vivências individuais e coletivas que darão suporte para as escolhas a alcançar no futuro.

Aspecto relevante desse processo reside na adequação e atualização da legislação tributária, planta genérica do município e cadastro multifinalitário, além da regulação dos serviços em várias áreas como transporte, trânsito e resíduos sólidos. Outro elemento determinante para dinamizar e incrementar o desenvolvimento econômico está no fato de identificar o *case* de sucesso para aglutinar esforços públicos e privados, abrindo possibilidades de desenvolvimento econômico e um futuro promissor.

## 2. MISSÃO

Prover a gestão para o desenvolvimento municipal, promovendo ações para ofertar serviços eficientes, eficazes e efetivos, principalmente em Saúde Pública no combate a pandemia do COVID 19, que fomente a política de gestão de pessoas e do patrimônio público, benefícios essenciais à sociedade. Promover ações integradas com os órgãos municipais na área política, administrativa, parlamentar e de comunicação social, objetivando promover a coordenação entre os Órgãos e esferas administrativas; prestar assistência ao Prefeito Municipal no trato de questões, providências e iniciativas de seu expediente oficial e particular, inclusive a realização de pesquisas, estudos e levantamentos e atendimentos de sua agenda.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



### 3 VALORES

**Ética Pública:** É um valor social aplicado na gestão pública para disciplinar os serviços, através dos servidores, assim como para ofertar os serviços e atender com conduta os contribuintes.

**Justiça Social:** Garantir direitos para todos os cidadãos e contribuintes com isonomia em todos os aspectos da vida social.

**Transparência Administrativa:** Promover capacitação de servidores para prover a publicidade obrigatória pela lei da Informação, assim como divulgar as ações dos serviços públicos realizados ou prestados à sociedade contribuindo para o controle, a fiscalização e a participação popular na administração pública.

**Promover os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS:** Este valor pressupõe que a administração pública municipal é responsável pela melhoria da qualidade de vida da população e o Desenvolvimento Sustentável é à base dessas Ações.



**Participação popular:** Este valor é garantido pela Lei do Estatuto das Cidades e o governo municipal garante sua consecução priorizando a participação cidadã terrasantense na formulação das políticas urbanas, além de fiscalizar o



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



desenvolvimento e as decisões do governo municipal.

**Honestidade administrativa:** Promover a honestidade dos Atos Administrativos como valor público, estimula a conduta proba da administração pública com os recursos financeiros e institucionais do município, orientada pela transparência, impessoalidade, economicidade e respeito aos cidadãos.

#### 4 MACROS OBJETIVOS

Nesse PPA, estão contidos os Macros objetivos Estratégicos, os Programas, Projetos e as Ações, a serem desenvolvidas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município, as fontes de financiamento e a Programação por unidade executora, classificada por função programática (Lei 4.320 de 17 de março de 1964), assim como a previsão orçamentária global para o período de 2022 – 2025. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no PPA ou em lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Cada ação, no seu período de execução, será avaliada através das metas, em termos de avaliação das obras, produtos e serviços. Para esse fim, foram relacionadas com indicadores e suas respectivas unidades de medidas. Logo cada ação governamental estará necessariamente associada a um produto, de modo que seja possível, no decorrer da sua execução, promover o acompanhamento de cada etapa atingida conferindo se o planejamento foi bem-sucedido ou não, esse controle permitirá que o plano seja reajustado anualmente, de modo a aprimorar sua execução. Sobre esse prisma o PPA 2022 – 2025, do Município de Terra Santa, estruturado a partir da dimensão estratégica que enseja a formatação de Programas, Projetos e Atividades a serem implantadas pelo setor público, nos quais estão contidos os desafios e os compromissos do governo municipal, assumidos pelo Prefeito eleito, nas eleições municipais de 2020.

As diretrizes construíram os macros objetivos que determinaram as Ações

– Projetos/Atividades deste Plano Plurianual de Terra Santa:

I – Tornar o Município de Terra Santa referência em Gestão e Eficiência Municipal, garantindo desenvolvimento econômico, social e ambiental, promovendo a qualidade de vida;

II – Fomentar as vocações de desenvolvimento econômico locais; III – Garantir a Modernização do Setor Tributário Municipal;

IV – Fomentar programas vinculados aos planos setoriais emergenciais, como



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



saneamento básico, mobilidade urbana e tratamento e destino de resíduos sólidos;

V – Combater a desigualdade social, gerando desenvolvimento e oportunidades para reduzir os índices de beneficiários dos programas sociais;

VI – Prover a Gestão Pública de modernização e inovação investindo e capacitando recursos humanos para incluir o município na rota do desenvolvimento sustentável;

VII – Garantir a Universalização das Metas educacionais do Plano Nacional de Educação, garantindo a formação cidadã para todos os munícipes;

VIII – Atingir a cobertura dos serviços em Saúde Pública, garantindo atendimento preventivo e diagnosticando o município para provê-lo de estabelecimentos em Saúde Pública;

IX – Dotar o município de capacidade técnica através da revisão e atualização das legislações para melhorar as ofertas dos serviços públicos;

X – Ingressar o município de Terra Santa na relação de cidades Inteligentes e conectadas;

XI – Eliminar o déficit habitacional do município;

XII – Fomentar a Feira Agropecuária e o Turismo de Praia sazonal com elementos vinculados ao turismo municipal;

– Regulação dos Serviços Municipais; XIV – Realização da Regularização Fundiária.

## **5 METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

I – Equilíbrio entre Receitas e Despesas;

II – Integração e convergência das políticas municipais destinadas a promoção de emprego e renda, a proteção social e de gestão pública;

III – Fortalecimento da cooperação entre governo e sociedade;

IV – Formação de parcerias com o governo estadual e federal, através de celebração de convênios, nas áreas da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Infraestrutura;

V – Articulação e parcerias com instituições multilaterais e não governamentais nacionais e internacionais;

VI – Garantir a responsabilidade fiscal e tributária, tornando a máquina pública mais eficaz, efetiva e eficiente, ofertando serviços que melhore o acesso da população;

VII – Cumprir as metas fiscais estabelecidas pela LDO;

VIII – Garantir o cumprimento da Lei da Transparência dos Atos Administrativos municipais;

IX – Adotar política de valorização do servidor público municipal, mediante plano de cargos, carreira e remunerações e programas específicos de capacitação e formação;





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



- X – Promover concursos públicos;
- XI – Garantir a execução das políticas protetivas às crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social;
- XII – Promover o desenvolvimento social, combate a fome e a miséria, a assistência e segurança alimentar e nutricional com a valorização da cultura alimentar regional e paraense;
- XIII – Garantir a consecução das Metas do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação até a vigência deste PPA – 2022/2025;
- XIV – Promover política habitacional para reduzir seu déficit;
- XV – Garantir a oferta dos serviços em Saúde e medidas sanitárias de enfrentamento ao novo corona vírus – Covid 19;
- Fortalecer os serviços assistências de Saúde, garantindo o acesso aos mesmos.
- XVI – Aumentar a oferta de serviços em saneamento básico;
- XVII – Adequar a coleta e destino de resíduos sólidos a política nacional e estadual do setor;
- XVIII – Oportunizar esporte e lazer com equipamentos públicos e ações; XX – Promover políticas de igualdade social e garantia de direitos;
- XXI – Combater Trabalho Infantil e exploração sexual infanto juvenil; XXII – Promover a acessibilidade e portadores de deficiências;
- XXIII – Fortalecer a gestão municipal através do controle Interno;
- XXIV – Fortalecer a Agricultura familiar, favorecendo aquisição para os programas governamentais;
- XXV – Fomentar as manifestações culturais, artísticas, religiosas e tradicionais; XXVI – Melhorar as condições de trafegabilidade urbana e rural;
- XXVII – Promover a regularização fundiária;
- XXVIII – Garantir a Universalização das Metas educacionais do Plano Nacional de Educação;

## 6. DIRETRIZES OU ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR OS MACRODESAFIOS

A Administração Pública do município de Terra Santa possui inúmeros desafios a superar, a seguir destacamos:

- a) O município de Terra Santa possui menos de 20 mil habitantes, mas estudos estatísticos do Ministério da Cidadania, através dos relatórios do CadÚnico, permitir identificar que uma parcela significativa da população municipal abaixo da linha da



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



pobreza e este é um macro desafio a ser enfrentado pela administração municipal: promover políticas de geração de trabalho, emprego e renda, cultivando a formação empreendedora.

b) O segundo macro desafio é transformar Terra Santa em Cidade referência em Gestão e Eficiência Municipal: planejar, estruturar e capacitar a cidade e munícipes para promover e edificar ações que modernizem o Setor Tributário, através da implantação dos serviços de Tecnologia da Informação, atualização do Código Tributário, da Planta Genérica de Valores e do Cadastro Multifinalitário.

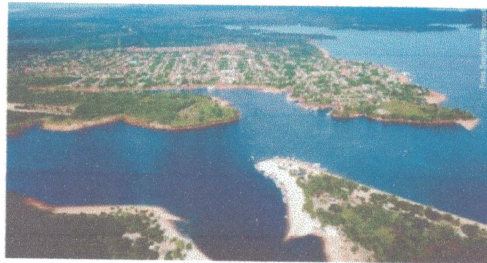
c) A Educação é outro Macro desafio a ser superado, pois o desenvolvimento socioeconômico municipal futuro depende dos investimentos e do cumprimento das metas do PNE. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de atingir as metas do Plano Nacional de Educação, ampliando a oferta de educação infantil em creches atendendo o mínimo de 50% da demanda de alunos até 03 anos e a universalização do atendimento de alunos do ensino fundamental de 9 anosna faixa etária entre 06 a 14 anos, atingindo a meta de 95% de concluintes nessa faixa etária.



d) O potencial turístico municipal (praia sazonal, ecológico e de festival) credencia Terra Santa a promover ações que fortaleçam o setor que permitam ao município desenvolvimento sócio econômico, gerando trabalho, emprego e renda. A superação desse macro desafio está pautado na combinação de ações periódicas, sobressaindo no segundo semestre, a partir de setembro quando as águas do rio Amazonas baixam, permitindo visualizar a exuberância da natureza. Nesse contexto, a praia do cajual, a feira agropecuária e festa da cidade constituem calendário que irão promover e aquecer o turismo municipal.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA  
GABINETE DO PREFEITO



- e) **Conclusão:** As estratégias para a superação desses macrodesafios envolvem ações integradas que transcendem a esfera do poder municipal. O ordenamento da cadeia turística através da elaboração do Plano Municipal como diagnóstico e seus indicadores que permitirão as tomadas de decisão do município, estado e governo federal. Com essa cooperação das esferas públicas o acesso a fontes de financiamento será facilitado e as metas pretendidas serão alcançadas.

Promover esse novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável ancorado no Turismo, adotando novas tecnologias mais intensivas em capital, infraestrutura e serviços, fomentará a geração de emprego, trabalho e renda e promoverá melhoria na qualidade de vida, favorecendo reduzir déficit e mazelas sociais, proporcionando segurança alimentar e nutricional e a integridade dos cidadãos.

Esses serviços regulados pelo poder público municipal com eficácia, eficiência e efetividade garantirá novas receitas tributárias municipais e permitirá maior circulação de recursos no mercado local. Esse alinhamento será possível com parceria poder público, iniciativa privada e o terceiro setor e será determinante para estabelecer um novo parâmetro para a política de valorização econômica do município, estimulando e atraindo investidores ao município.

